

Relatório Analítico da aplicação dos formulários - Sistemas de MRV referentes à financiamento de mitigação no Brasil e outros países
Projeto “Avaliação de Sistemas de Mensuração, Reporte e Verificação – MRV”. BR-T1310

Comentado [MR1]: Comentário geral sobre o texto: muitas partes do documento necessitam de revisões profundas, pois o texto apresentado não é sempre claro.

Em alguns casos, foram “coladas” observações coletadas durante a pesquisa/entrevista. Não foram redigidas sentenças que explicassem corretamente o sentido da observação.

Em alguns casos foram feitas sugestões de melhorias na linguagem, porém todo o texto deve ser revisto para modificações adicionais que se façam necessárias.

Comentado [JD2]: A intenção das informações gerais sobre as instituições foi a de trazer para o relatório, de forma direta e simples, informações dos formulários para que o leitor não precisasse ler os mesmos toda vez que alguma instituição fosse citada, foram realmente “coladas” do relatório.

O escopo acordado foi de efetuarmos um levantamento das informações disponíveis, já a informação de como funciona cada ferramenta/sistema levantado não é coberto pelo formulário, bem como, diversas vezes, também não está disponível ao público, são somente citadas em documentos e entrevistas. Foi seguido a aplicação dos questionários nas instituições conforme havia sido acordado.

Concordo que uma segunda etapa com levantamentos mais profundos de seus funcionamentos seja muito interessante para a conclusão do objetivo geral do projeto.

Índice

1. INTRODUÇÃO	3
1.1 Objetivos Gerais	3
1.2 Objetivos Específicos	3
1.3 Contexto do financiamento climático	4
1.4 Definições de financiamento encontradas	6
2. ABRANGÊNCIA E LIMITAÇÕES	9
3. INSTITUIÇÕES ANALISADAS	11
3.1 No âmbito da CQNUMC	13
3.2 No âmbito das instituições Internacionais	19
3.3 No âmbito das instituições Nacionais	26
3.4 Iniciativas contendo informações /ferramentas relevantes analisadas	31
4. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS	34
5. ANEXOS	39
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

Excluído: 2

Excluído: 8

Excluído: 4

Excluído: 1

Excluído: 6

Excluído: – questionários preenchidos

Excluído: 41

1. Introdução

1.1 Objetivos Gerais

O objetivo da Cooperação Técnica (CT) à qual esta contratação está ligada é apoiar o Governo Brasileiro, através do Ministério do Meio Ambiente (MMA), para fortalecer a eficiência e a eficácia do financiamento de ações de mitigação no Brasil. Espera-se que este objetivo seja alcançado através das seguintes atividades: (i) avaliação dos acordos financeiros, relatórios e sistemas de MRV usados pelo Brasil e pelo Fundo Clima em comparação com as melhores práticas internacionais, dentro das exigências de MRV da Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudança do Clima (CQNUMC); (ii) avaliação das necessidades e lacunas dos compromissos financeiros, ações e contribuições domésticas de mitigação gerenciados pelo Brasil e por outros países relevantes (pré-2020 e pós-2020); e (iii) preparação de uma proposta completa de arrecadação de fundos para realizar ações complementares a esta cooperação técnica (CT).

O objetivo dessa consultoria é realizar pesquisa sobre os sistemas de MRV referentes a financiamento climático utilizados no Brasil e em outros países para verificação de alinhamento com as exigências da CQNUMC e melhores práticas, apoiando os produtos previstos sobre esse tema pelo coordenador do componente 1.

1.2 Objetivos Específicos desta etapa 1

Como objetivo específico desta etapa da consultoria, entende-se que, através do levantamento de informações de instituições relevantes, através dos questionários/check lists pré-definidos pelo coordenador, o contratual apresente uma análise comparativa dos resultados obtidos das instituições pesquisadas a fim de contribuir para o Benchmark a ser estabelecido pelo mesmo.

1.3 Contexto do financiamento climático

Comentado [MR3]: O contexto descrito ficou restrito à CQNUMC (i.e. GCF e SFC). Existem outras referencias fora da CQNUMC que poderia ser mencionadas no contexto também. Sugiro a inclusão de 1 ou 2.

Comentado [JD4]: OK.

No contexto de mudanças do clima emergem diversas iniciativas em todo o globo para que o esforço conjunto nos leve ao sucesso da mitigação dos efeitos dessas mudanças.

Um dos elementos fundamentais é o financiamento de ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Não há como medir o que não se gerencia, ou seja, não há como medir o sucesso do financiamento se não há um gerenciamento do mesmo. Um sistema de MRV é fundamental para o acompanhamento do desempenho destes financiamentos.

Encontrar respostas para a questão de como um sistema robusto de MRV para financiamento climático pode vir a parecer será um processo politicamente sensível e tecnicamente desafiador, porém os esforços para que se tenha respostas e definições vem crescendo em nível nacional e internacional.

Segundo o GREEN CLIMATE FUND (GCF), a comunidade internacional de doadores vem aprendendo sobre gestão de resultados e mensuração de desempenho através da experiência. Uma das lições aprendidas é que a gestão de resultados, incluindo o monitoramento (mensuração) e reporte destes é difícil em contextos complexos, inclusive, e em especial, à questão de mudanças climáticas. A Temática é de *“learning by doing”* e de adaptação ao longo do caminho. Diversos Fundos, por exemplo, atualizaram seus sistemas de medição de desempenho com base na experiência e vivência e ainda estão em fase de implementação/testes iniciais dos seus sistemas revistos. Os próximos anos irão avançar a capacidade coletiva de medir efetivamente o desempenho e utilizar esta informação para avaliar os resultados e, assim, melhorar os investimentos, estratégias, implementação e impacto.

Comentado [MR5]: Esta conclusão do CGF foi retirada de algum documento em particular? Citar o documento.

Comentado [MR6]: Introduzir nota de rodapé com breve descrição do GCF

Comentado [JD7]: 5.

Comentado [JD8]: Descrição do GCF será dada no item 3. Instituições Analisadas, onde cada uma delas é apresentada.

No âmbito da [CQNUMC](#) a temática de MRV de financiamento climático vem sendo debatida há muito tempo, na [décima-sétima sessão da Conferência das Partes \(COP\) decisão 2/CP.17¹](#), as Partes demandaram que o “[Standing Committee on Finance](#)”² (SCF) preparasse uma avaliação bienal e visão geral dos fluxos de financiamento do clima, pra incluir informações sobre o equilíbrio geográfico e temático desses fluxos, com base em fontes de informação disponíveis, incluindo as comunicações nacionais e relatórios bienais de países desenvolvidos e em desenvolvimento, informações do registro, informações fornecidas pelas Partes em avaliações de suas necessidades, relatórios elaborados pelas entidades operacionais do Mecanismo Financeiro e informações disponíveis de outras entidades que provêm financiamento climático³.

Comentado [MR9]: Incluir o número da decisão da COP 17 referente ao SCF (e uma nota de rodapé com o link para o texto da decisão)

Comentado [MR10]: Introduzir nota de rodapé com breve descrição do SCF

Comentado [JD11]: ok

Comentado [JD12]: ok

Durante a COP 18, [decisão 5/CP.18⁴](#), as Partes solicitaram que o “[Standing Committee on Finance](#)” a preparação da primeira avaliação bienal e visão geral dos fluxos financeiros, a se considerar maneiras de reforçar metodologias para relatar o financiamento de ações climáticas levando em conta trabalhos relevantes de outros órgãos e entidades sobre [mensuração, reporte e verificação de apoio e rastreamento de financiamento climático](#).

Comentado [MR13]: Incluir o número da decisão da COP 18 referente ao SCF (e uma nota de rodapé com o link para o texto da decisão)

Comentado [JD14]: OK

Adicionalmente, durante a COP 19, [decisão 7/CP.19⁵](#), o “[Standing Committee on Finance](#)” foi solicitado, no contexto da preparação de sua avaliação bienal e visão geral dos fluxos de financiamento climático, que se considerasse os trabalhos técnicos em andamento sobre definições operacionais de financiamento climático, incluindo financiamento privado mobilizado por intervenções públicas, para avaliar se necessidades de adaptação e mitigação podem ser atendidas da maneira mais eficaz possível pelo financiamento climático.

Comentado [MR15]: Vc chegou a analisar a avaliação bienal do SCF, em particular os capítulos I e IV? Caso positivo, quais suas impressões e/ou conclusões a respeito?

Comentado [MR16]: Incluir o número da decisão da COP 19 referente ao SCF (e uma nota de rodapé com o link para o texto da decisão)

Comentado [JD17]: Infelizmente diante de tantos documentos e informações não houve tempo hábil para efetuar a análise.

Comentado [JD18]: 15 - OK

¹ Disponível em: <http://unfccc.int/resource/docs/2011/cop17/eng/09a01.pdf#page=22>

² O [Standing Committee on Finance](#) tem a função de auxiliar a COP no exercício de suas funções em relação ao mecanismo financeiro da Convenção. Envolvendo a melhoria da coordenação de concessão de financiamento, racionalização do Mecanismo Financeiro, a mobilização de recursos e o MRV do apoio concedido aos países em desenvolvimento. Foi estabelecido durante a COP 16, [decisão 1/CP.16](#) (<http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/07a01.pdf#page=18>).

³ Disponível em: http://unfccc.int/cooperation_and_support/financial_mechanism/standing_committee/items/8034.php

⁴ Disponível em: <http://unfccc.int/resource/docs/2012/cop18/eng/08a01.pdf#page=26>

⁵ Disponível em: <http://unfccc.int/resource/docs/2013/cop19/eng/10a01.pdf#page=19>

Países desenvolvidos foram convidados a apresentar ao secretariado, até Maio de 2014⁶, informações sobre as metodologias e sistemas adequados utilizados para mensurar e rastrear o financiamento climático.

O “*Standing Committee on Finance*” possui documentos relevantes de acesso público sobre avaliações bienais e visão geral dos fluxos de financiamento climático⁷. Reuniões técnicas são organizadas e cobrem tópicos específicos sobre o financiamento climático.

[Fora do âmbito da CQNUMC há diversas outras iniciativas trabalhando na questão do financiamento climático, podemos citar entre elas, os fundos multilaterais, agências bilaterais, instituições financeiras e organizações internacionais. Algumas destas iniciativas serão abordadas neste relatório.](#)

1.4 Definições de MRV para financiamento climático encontradas

Nenhuma das instituições analisadas **apresentou** uma definição de **financiamento climático** e não foi encontrada uma definição acordada mundialmente. No entanto, durante as pesquisas **houve uma iniciativa (a qual não foi aplicado o questionário pois a mesma não fazia parte das instituições pré-selecionadas)** que apresenta a seguinte **definição**:

CPI - Climate Polity Initiative – “*Climate specific finance, referring to capital flows targeting low-carbon and climate-resilient development with direct or indirect greenhouse gas mitigation or adaptation objectives.*”⁹

⁶ Disponível em: <http://www4.unfccc.int/submissions/SitePages/sessions.aspx?showOnlyCurrentCalls=1&populateData=1&expectedsub missionfrom=Parties&focalBodies=COP>

⁷ Disponível em: http://unfccc.int/cooperation_and_support/financial_mechanism/standing_committee/items/6881.php

⁸ A iniciativa CPI é uma organização consultiva cuja missão é avaliar, diagnosticar e apoiar os esforços dos governos relevantes ao redor do mundo para alcançarem um crescimento de baixo carbono.

⁹ Informação retirada da publicação: “UNFCCC Standing Committee on Finance – 2014 Biennial Assessment and Overview of Climate Finance Flows Report”

Comentado [MR19]: O link informado leva à página de submissões (“The following call for submissions returned based on Years as 2015 Bodies as COP Submissions from as Parties”), mas não às submissões específicas para metodologias para MRV de financiamento climático

Comentado [JD20]: O link remete à página de submissões das Partes foi reposicionado para melhor entendimento.

Comentado [MR21]: Só foram apresentadas 3 “definições”: CPI (financiamento climático), GZI (MRV de financiamento) e Partnership (MRV de ações). Existem outras? Caso afirmativo incluir (preferencialmente no formato de tabela). Caso negativo, explicar as limitações e qual o intuito de apresentar a informação mesmo que limitada.

Comentado [JD22]: Não foram encontradas mais definições. As demais instituições não apresentam definições. O intuito de apresentar a informação limitada foi justamente para indicar que a maioria das instituições ainda não estabeleceu as definições formalmente.

Comentado [MR23]: Explicar melhor o que vc quer dizer por “instituições analisadas”; uma vez que a primeira sentença contradiz a segunda sentença.

Comentado [JD24]: As sentenças não se contradizem, pois a CPI não foi uma das instituições pesquisadas. A mesma não fazia parte da lista levantada previamente. Porém, como foi a única a apresentar uma definição para financiamento climático, foi colocado a fim de exemplificação.

Excluído: instituição

Comentado [MR25]: Vc quer dizer das instituições pesquisadas, esta é a única instituição que possui uma definição para financiamento climático? Vc concorda com esta definição? Ou vc recomendaria outra?

Comentado [MR26]: Incluir nota de rodapé com breve descrição da CPI

Comentado [JD27]: Das instituições pesquisadas (lista prévia apresentada no plano de trabalho, nenhuma apresenta uma definição de financiamento climático. Por ser a única a apresentar uma definição, esta iniciativa, que não constava na listagem a ser pesquisada, foi citada. Concordo com a definição apresentada, porém acredito ser precoce inferir que esteja completa.

Comentado [JD28]: Ok. Breve descrição da CPI incluída como nota de rodapé.

1.4.1 Significado de MRV para financiamento climático¹⁰

Comentado [JD29]: Inserido como sub-título.

MENSURAÇÃO

A Mensuração também inclui o estabelecimento de uma definição de financiamento climático, pois é necessário se decidir quais tipos de projetos e atividades estão inclusos ou não e que parte de um projeto com múltiplos objetivos visa objetivos climáticos (GIZ citando SEI, 2012:2). Assim, a mensuração também engloba processo político. Além disso, a medição também se refere ao processo técnico de identificação e a coleta de dados relevantes.

Comentado [MR30]: Não fica claro qual seria o processo político.

Comentado [JD31]: Por se tratar de definições relatadas pela GIZ, não nos cabe tentar esclarecer qual seria o processo político. Uma sugestão seria entrevistá-los e entender melhor do que se trata.

REPORTE

O reporte se relaciona aos formatos e as maneiras pelas quais os doadores disponibilizam suas informações financeiras e dados à terceiros. Também se refere, por exemplo, ao nível de detalhe e, se o reporte é efetuado individualmente por terceiros ou coletivamente.

VERIFICAÇÃO

A verificação abrange dois aspectos: em primeiro lugar, abrange atividades de avaliação, tais como assegurar que os dados relatados estão corretos e precisos e que erros como a dupla contagem são impedidos. Em segundo lugar, a verificação também se relaciona com a questão de como foram utilizados os fundos e recursos financeiros e se os recursos foram utilizados eficazmente para apoiar ações de baixa emissão de carbono e desenvolvimento frente às alterações climáticas. Neste sentido, a verificação pode ajudar a identificar as melhores práticas para a replicação e, assim, permitir os processos globais de aprendizagem.

Excluído: Definição MRV segundo International Partnership on Mitigation and MRV (mantido na linguagem original a fim de evitar distorções de tradução). -

¹⁰ fonte: [GIZ – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit \(GIZ\) GmbH – Measuring, Reporting and Verifying Climate Finance](#)

Excluído: GIZ (Incluir referencia completa)

2. Abrangência e limitações

Para o desenvolvimento da pesquisa fez-se uso de ampla pesquisa de informações disponíveis na web, bem como a coleta de informações através de entrevistas.

Pode-se notar que há muita informação disponível na web, porém as informações estão esparsas e, muitas vezes, misturadas com sistemas de MRV de ações (tanto mitigação quanto adaptação). Quando houve possibilidade de realizar entrevistas com algum responsável pela iniciativa, nota-se que a realidade da instituição muitas vezes difere das informações disponíveis ao público. Com as entrevistas pode-se obter não somente as informações básicas, mas também as informações sobre direcionamentos futuros, percepções e anseios destas instituições. Uma das grandes limitações foi a falta de tempo suficiente para marcar entrevistas com contatos diretos das instituições internacionais; estes contatos diretos revelam-se fundamentais para o estabelecimento de um futuro benchmark das ações de MRV de financiamento climático.

A falta de acesso a documentos e informações relevantes também se apresentou como um fator limitante do estudo. Isto se deve ao fato de algumas instituições relatarem possuir processos internos de controle/rastreamento do financiamento, porém estes processos não estão disponíveis ao acesso público. Por exemplo, o BNDES relata que ao financiar um projeto o mesmo é acompanhado por uma equipe interna desde seu início até o final, seguindo processos internos de controle do próprio BNDES, estes processos não são de acesso público.

Comentado [MR36]: Incluir exemplos

Comentado [JD37]: OK

Conforme o trabalho se desenvolveu, percebeu-se que algumas iniciativas de apoio a desenvolvimento de ferramentas de MRV, como a GIZ, desempenham uma forte atuação mundial e devem ser contactadas diretamente para que possam contribuir com a pesquisa/estudo, indo além do material disponível publicamente. Poderão

entregar informações importantes de direcionamento e ferramentas em estudo/desenvolvimento.

Recomenda-se mais tempo para que se possa selecionar e investigar estudos de casos que tenham utilizado recursos de fundos climáticos, identificando as ações de MRV, de preferência através de interações com atores relevantes dos casos selecionados onde buscar-se-á não apenas entender o sistema de MRV aplicado ao caso, como também as lições aprendidas.

Comentado [MR38]: Quais?

Comentado [JD39]: Casos que tenham tomado recursos de fundos/instituições e possam ser estudados do começo ao fim. Estes estudos de caso teriam que ser selecionados futuramente.

A metodologia aplicada no estudo poderia ser revisada através de:

I) Sugestão do passo a passo:

1. Revisão de literatura
2. Entrevistas com atores relevantes – já pré-estabelecidos.
3. Entrevistas com os tomadores de recursos e suas percepções quanto ao MRV do financiamento (recurso) tomado.
4. Participação de encontros relevantes junto ao “*Standing Committed Finance*” da CQNUMC e/ou entrevistas com representantes relevantes.
5. Participação de encontros relevantes sobre a temática em estudo.

II) Sugestão de perguntas a serem inseridas no questionário:

- Tempo de vida do Fundo (*proposed Life of Fund*).
- Organização Administrativa do Fundo (*Administration Organisation of Fund*)
- Instrumento Financeiro/ Mecanismo de entrega (Financial *Instrument/Delivery Mechanism Used (e.g. grant, loan)*)
- Objetivos do Fundo
- O Fundo funciona através de canais multilaterais? (*Does the fund work through multilateral channels*) - para checar onde serão os pontos de MRV e de que forma trabalham e se comunicam.
- Se há critérios pré-estabelecidos para candidatos aos recursos.
- Sobre as ferramentas/sistemas citados (caso o sejam):
- A ferramenta/sistema é de acesso público?

- Poderia nos fornecer maiores detalhes do (a) mesmo (a)?
- Poderia relatar seu funcionamento?
- Poderia relatar os atores envolvidos?
- Poderia nos fornecer acesso à ferramenta/sistema?
- Poderia informar os resultados do (a) mesmo (a)?
- Foi desenvolvido (a) com a ajuda de terceiros?

3. Instituições Analisadas

Com a intenção de identificar instituições relevantes para a análise e consequente estabelecimento de benchmark de sistemas de MRV de financiamento climático de projetos de mitigação no contexto atual de mudança do clima, investigou-se as Instituições e trabalhos/estudos apresentados a seguir.

Levou-se em conta o contexto da CQNUMC (UNFCCC) e iniciativas externas, públicas e privadas, tanto no âmbito nacional como internacional.

O levantamento de informações ocorreu através de pesquisa baseada em informações públicas e, nos casos em que foi possível, complementadas através de entrevistas via telefone e/ou e-mail.

Abaixo o quadro com as informações dos contatos dos Fundos/Instituições.

Contatos projeto BID - MRV Financiamento Climático								
Instituição/Projeto	Contato	email	telefone/contatos	observacoes	web site	Contatado em	Respostas	Entrevista
Plano ABC	Katia Marzall	katia.marzall@agricultura.gov.br	(61) 3218-2417	Ela é da equipe de coordenação do Plano no MAPA Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade; DEPROS/SPRC	http://www.agricultura.gov.br/development-sustentavel/plano-abc	Diversos contatos telefônicos sem sucesso desde o dia 27 de outubro. Email enviado no dia 30 de outubro com os detalhes do projeto.	Respondeu ao email no dia 03 de nov. Marcelo irá endereçar. Katia se prontificou a cooperar após a COP, em dezembro.	EM ABERTO - Agendar entrevista pós COP
Fundo Amazônia	Gabriel Henrique Lui	gabriel.lui@mma.gov.br	(61) 2028-2092	Gerente de Projeto do Dep de Políticas para o combate ao desmatamento no MMA		telefones no dia 03 de novembro. irá analisar o email enviado com os detalhes e formulário de questões a fim de verificar quem melhor para ajudar.	Gabriel indicou a Juliana Santiago do BNDES	OK. Entrevista Realizada
Fundo Amazônia	Juliana Santiago	jsanti@bndes.gov.br	(21) 21726341	Chefe de departamento Fundo Amazonia		Email enviado no dia 05 de novembro de 2015.	Falamos ao telefone no dia 05 de novembro e a Juliana indicou o Bernardo	
Fundo Amazônia	Bernardo	braune@bndes.gov.br	(21) 2172-6824			Juliana encaminhou o email para o Bernardo	Conversa telefonica com Bernardo no dia 09 de novembro de	
LARCI atual Clima e Sociedade	Branca Americano	branca@climaesociedade.org	(21) 3197-6520 ramal 24 - (21) 98885-8761	Diretora Executiva		telefonema no dia 03 de novembro. Email com detalhes do projeto enviado no dia 03/11/2015.	marcada entrevista no dia 04/11/2015 as 10:00.	OK. Entrevista Realizada
Fundo Clima	Marcos Estevan Del Prette	marcos.prette@mma.gov.br	(61) 2028-2173	Gerente MMA		telefonema no dia 03 de novembro. Email com detalhes do projeto enviado no dia 03/11/2015.	marcada entrevista para o dia 09 a tarde. Ligar para ele. OK	OK. Entrevista Realizada
World Bank	Isabel Hagbrink	isabel.hagbrink@worldbank.org	1-202-458 0422	Senior Communications Officer		Email enviado no dia 30 de outubro de 2015	sem resposta	Agendar entrevista durante a COP
World Bank	Christophe de Gouvello	cdegouvello@worldbank.org	(61) 9862-7609			Email enviado no dia 09 de novembro de 2015		
WRI	Raquel Biderman	rbiderman@wri.org	(11) 3032-1120 / (11) 98119-5000 / skype vivi.romeiro	Diretora	http://www.wri.org/our-work/topics/finance	Email enviado no dia 05 de novembro de 2015.	Indicou a sra Viviane Romero, coordenadora de projetos de clima WRI Brasil	OK. Entrevista Realizada
WRI	Viviane Romeiro	vromeiro@wri.org	(11) 30321120 cel: 11 98119-5000 akypw: vivi.romeiro twitter: @viviane_romeiro	Coordenadora projetos clima WRI Brasil	http://www.wri.org/our-work/topics/finance - www.wribrasil.org.br	Email enviado no dia 05 de novembro de 2015 "enviado errado para o "contato" do website	marcada entrevista para o dia 05/11/2015 as 16:00 hs. Adiada por motivos dela para o dia 09 de novembro as 14:00hs. OK Realizada conversa via telefone em 09 de novembro e enviou o formulário	
GEF	Gustavo Fonseca	gfonseca1@thegef.org					sem resposta	Agendar entrevista durante a COP
Green Climate Fund	Tao Wang	twang@gcfund.org		Indicado por Mark Lutes da WWF, falei com ele ao telefone no dia 10 de novembro de 2015		enviado email para twang@gcfund.org	sem resposta	Agendar entrevista durante a COP
Green Climate Fund	Juan Alberto Chang	jchangolivas@gmail.com		(trabalhava no BID enquanto coordenador florestas da divisão de mudança do		enviado email para juan alberto Cahang no dia 13 de novembro	sem resposta	
Climate Investment Fund	Gloria Visconti	gbrjay@iadb.org		ponto focal do CIF no BID - se nao puder responder podera indicar outra pessoa		email enviado em 13 de novembro de 2015	sem resposta	Agendar entrevista durante a COP
The International Climate Fund UK	Ana Paula Gutierrez	ana.gutierrez@fco.gov.uk				email enviado em 13 de novembro de 2015	Respondeu o e-mail informando que iria agendar data para conversa.	Agendar entrevista durante a COP

Tabela 1. Responsáveis dos Fundos/Instituições contatados.

Formatado: Fonte:Calibri

Contatos projeto			
Instituição/Projeto	Contato	email	telefone/contatos
Plano ABC	Katia Marzall	katia.marzall@agricultura.gov.br	(61) 3218-2417
Fundo Amazônia	Gabriel Henrique Lui	gabriel.lui@mma.gov.br	(61) 2028-2092
Fundo Amazônia	Juliana Santiago	jsanti@bndes.gov.br	(21) 21726341
Fundo Amazônia	Bernardo	braune@bndes.gov.br	(21) 2172-6824
LARCI atual Clima e Sociedade	Branca Americano	branca@climaesociedade.org	(21) 3197-6520 ramal 24 - (21) 98885-8761
Fundo Clima	Marcos Estevan Del Prette	marcos.prette@mma.gov.br	(61) 2028-2173
World Bank	Isabel Hagbrink	isabel.hagbrink@worldbank.org	1-202-458 0422
World Bank	Christophe de Gouvello	cdegouvello@worldbank.org	(61) 9862-7609
WRI	Raquel Biderman	rbiderman@wri.org	(11) 3032-1120 / (11) 98119-5000 / skype vivi.romeiro
WRI	Viviane Romeiro	vromeiro@wri.org	(11) 30321120 cel: 11 98119-5000 akypw: vivi.romeiro twitter: @viviane_romeiro
GEF	Gustavo Fonseca	gfonseca1@thegef.org	
Green Climate Fund	Tao Wang	twang@gcfund.org	
Green Climate Fund	Juan Alberto Chang	jchangolivas@gmail.com	
Climate Investment Fund	Gloria Visconti	gloria@iadb.org	
The International Climate Fund UK	Ana Paula Gutierrez	ana.gutierrez@fco.gov.uk	

Excluído:

Comentado [JD40]: OK. Tabela revisada

Comentado [MR41]: Revisar a coluna "Respostas" com indicações claras de quais instituições já foram entrevistadas e quais seriam objeto de futuras interações. No caso das internacionais, indicar se seria o caso de buscar realizar entrevistas durante a COP 21.

3.1 No âmbito da CQNUMC (UNFCCC)

3.1.1 - BRs – Biennial Reports

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os Estados Unidos da América declaram em seu relatório Bienal que estão comprometidos em apoiar os países em desenvolvimento em seus esforços para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Os Estados Unidos utilizam diversas instituições (bilaterais, multilaterais, desenvolvimento financeiro e exportação de créditos) para mobilizar o financiamento privado e investir estrategicamente em reduzir emissões de desmatamento e degradação de terras e apoiar estratégias de desenvolvimento de baixo carbono e transição para uma economia de energia limpa. Declaram também que trabalham para assegurar que este apoio seja eficaz, eficiente, inovador e focado em alcançar resultados mensuráveis, com uma visão econômica e ambiental sustentável de longo prazo.

O Relatório Bienal (2014) não cita um “sistema de MRV” para o financiamento climático, porém relata que as metodologias de rastreamento de financiamento climático foram refinadas em 2010-2012 para melhor refletirem a totalidade do financiamento climático dentre as agências governamentais. Cada agência governamental ou entidade implementadora deve seguir as diretrizes rígidas e critérios de elegibilidade ao coletar e divulgar informações sobre o apoio de atividades relacionadas à adaptação, energia limpa e sustentabilidade. Por exemplo, descrições de atividades fornecidas por missões da USAID (*United States Agency for International Development*) são revisadas por especialistas em mudanças climáticas a fim de garantir o cumprimento dos objetivos de mudanças climáticas da USAID. Para melhorar o relatório financeiro, a USAID modificou sua base de dados de orçamento e planejamento de atividades para monitorar o financiamento climático e desenvolver indicadores de desempenho padronizados para identificar resultados chave e resultados dos programas de cada agência.

Movido para baixo [2]: Através de pesquisa no website da UNFCCC¹¹ nota-se que apenas 16 dos 153 países da lista de países “Não-Anexo I” já possuem os seus BURs publicados no site da UNFCCC o que prejudica as análises dos mesmos no quesito MRV em Financiamento de Mitigação Climática, bem como nos mostra que o processo ainda está se iniciando, confirmando as conclusões do *Green Climate Fund* (citado na Introdução). -

... [1]

Excluído: -

... [2]

O Documento “2014 Biennial Report Methodologies for International Climate Finance – USA¹²” relata que de acordo com os requerimentos de reporte da CQNUMC (UNFCCC reporting guidelines for biennial reports), deve-se submeter as metodologias empregadas para todo o financiamento climático provido.

Comentado [MR42]: Incluir link para o documento.

Comentado [JD43]: OK. Link incluído em nota de rodapé.

Comentado [MR44]: Qual a sua avaliação sobre a metodologia dos EUA? Seria possível preencher um questionário com base nas informações apresentadas?

Comentado [JD45]: A metodologia dos EUA não é apresentada em profundidade a fim de ser possível preencher um questionário e nem avaliá-la de forma correta. O documento apenas faz menção a ela. Seria interessante aprofundar a informação através de contato com ator responsável.

COMUNIDADE EUROPEIA

A abordagem utilizada pela União Europeia para acompanhar o financiamento do clima, tecnologia e capacitação é baseada no sistema da OECD DAC¹³ (Rio Markers) que foi integrado no próprio sistema de M&E (monitoramento e reporte) na União Europeia.

Comentado [MR46]: Incluir nota de rodapé com breve descrição da OECD DAC

Comentado [JD47]: Ok. Foi incluída descrição OECD DAC como nota de rodapé.

A UE adotou a seguinte abordagem para “traduzir” os dados do Rio Marker para a estimativa de fluxos de financiamento do clima:

- Se uma atividade é “marcada” como principal para a mitigação ou adaptação. 100% do apoio é considerado e avaliado como financiamento climático

- Se uma atividade é “marcada” como significativa para a mitigação ou adaptação, apenas 40% do apoio é considerado e avaliado como financiamento do clima.

Comentado [JD48]: No documento analisado a metodologia é apenas citada e não detalhada. Não daria para preencher um questionário com as informações apresentadas. Estão muito resumidas. Como a metodologia não é detalhada não há como avaliar a mesma. Talvez haja algum documento sobre a questão metodológica, porém o mesmo não foi encontrado. Seria interessante aprofundar a informação com ator/representante responsável.

Comentado [MR49]: Qual a sua avaliação sobre a metodologia da EU? Seria possível preencher um questionário com base nas informações apresentadas?

A Comunidade Europeia em seu sexto relatório de Comunicação Nacional e Primeiro Relatório Bial relata que a comunidade europeia, juntamente com todos os membros da OECD DAC, vem aumentando seus esforços para aumentar a capacidade de rastrear todos os seus fluxos financeiros oficiais, com especial ênfase sobre os fluxos de financiamento do clima. A UE considera que tais esforços resultarão em sistemas de MRV aprimorados do financiamento climático.

¹² Disponível em:

https://unfccc.int/files/national_reports/biennial_reports_and_iar/submitted_biennial_reports/application/pdf/biennial_report_international_climate_finance_methodologies.pdf

¹³ A OECD DAC é uma organização para o desenvolvimento e cooperação econômica, utiliza sua riqueza de informações para auxiliar os governos a promover prosperidade e lutar contra a pobreza através do crescimento econômico e da estabilidade financeira. O Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) auxilia a garantir uma vida melhor para as pessoas nos países em desenvolvimento, através de parcerias inclusivas.

3.1.2 - BURs – Biennial Update Reports

Através de pesquisa no website da CQNUMC (UNFCCC)¹⁴ nota-se que apenas 16 dos 153 países da lista de países “Não-Anexo I” já possuem os seus BURs publicados no site da CQNUMC o que prejudica as análises dos mesmos no quesito MRV em Financiamento de Mitigação Climática, bem como nos mostra que o processo ainda está se iniciando, confirmando as conclusões do Green Climate Fund (citado na Introdução).

Movido (inserção) [2]

Os países sugeridos no Plano de Trabalho, China e Índia, fazem parte da lista de países que não possuem seu BUR disponível no site da UNFCCC, portanto os mesmos foram substituídos por África do Sul e Singapura.

África do Sul

A África do Sul vem desenvolvendo um extenso trabalho desde 2013 para a preparação e entrega do seu primeiro BUR. Para este trabalho recebeu o total de USD 350.000 do Green Climate Fund. A África do Sul está pleiteando uma quantia total de USD 3.815.850 para preparação de sua Comunicação Nacional e BURs. O Governo Sul Africano também recebeu recursos da Instituição *Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ).

Segundo o relatório (Primeiro BUR), a África do Sul reconhece que um melhor rastreamento dos fluxos financeiros relacionados à temática de mudanças do clima é essencial para criar uma “arquitetura climática” sustentável no país e promover a transparência na utilização dos fundos nacionais e internacionais. O Departamento de Assuntos Ambientais (DEA – *Department of Environmental Affairs*) e o Tesouro Nacional (NT – *National Treasury*) já iniciaram o trabalho na concepção e implementação de um Mecanismo de Coordenação de Financiamento Climático (“*Climate Finance Co-ordination Mechanism*”).

¹⁴ Pesquisa efetuada no dia 28 de outubro de 2015 http://unfccc.int/national_reports/non-annex_i_natcom/reporting_on_climate_change/items/8722.php

Este mecanismo tem o objetivo de rastrear os esforços do país em reduzir emissões de GEE, assim como o impacto dos fundos desembolsados, garantir os recursos necessários para programas de mitigação e adaptação prioritários e combinar os recursos para os programas prioritários identificados, incluindo subsídios, **dívida concessionária**¹⁵ e produtos de seguros de risco.

Comentado [MR50]: O que é uma dívida concessionária?

Comentado [JD51]: Explicada como nota de rodapé.

O sistema em desenvolvimento a ser implementado é um sistema amplo e não apresenta detalhes no *BUR* entregue. Não há como identificar se haverá um MRV específico para o recurso advindo dos fundos **nacionais e internacionais**.

Foi citado em seu *BUR* um sistema amplo de MRV, porém o mesmo é utilizado para Monitoramento (Mensuração) de emissões de GEE, suporte provido e recebido em termos de financiamento, tecnologia ou capacitação para as ações de mitigação, custos e co-benefícios das ações de mitigação; Reporte das ações de mitigação, inventários de GEE, Projeções de emissões; Verificação de redução de emissões das ações de mitigação e inventários de GEE.

Há a intenção de uma transição de apenas monitoramento de mudanças climáticas para um M&E, ou seja, um monitoramento e avaliação. Nesta transição um dos objetivos do sistema é de rastrear o financiamento climático nacional e internacional. Porém não há informação detalhada do mesmo, somente que a intenção do M&E do chamado financiamento climático se limita a investigar quais são e os impactos dos fluxos financeiros e o quão eficaz o financiamento climático contribui para a resposta às mudanças climáticas.

Comentado [MR52]: Não fica claro qual será a transição. Pelo que foi descrito dá a impressão de que a SA faz Monitoramento/mensuração, Reporte (i.e. BUR) e passa por "Verificação" (i.e. ICA). Quais seriam as diferenças para M&E?

Para a obtenção de maiores detalhes, direcionamentos e anseios, seria interessante uma conversa com o responsável.

Comentado [MR53]: Isto seria complementar ao "Mecanismo de Coordenação de Financiamento Climático"? Ou são mais detalhes do Mecanismo?

Singapura

Singapura apresentou seu *BUR* em dezembro de 2014, no documento consta apenas menção ao sistema geral de MRV. Seu sistema doméstico de MRV diz respeito às ações

Comentado [MR54]: Qual a sua avaliação sobre a metodologia da SA? Seria possível preencher um questionário com base nas informações apresentadas?

Comentado [JD55]: xxxx

Comentado [JD56]: A metodologia não é apresentada em detalhes. Não daria para preencher um questionário com as informações apresentadas. Estão muito resumidas. Como a metodologia não é detalhada não há como avaliar a mesma.

Comentado [MR57]: Qual a sua avaliação sobre a metodologia de Singapura? Seria possível preencher um questionário com base nas informações apresentadas?

Comentado [JD58]: Idem comentário anterior.

¹⁵ Do inglês: "Concessional Debt" empréstimos prorrogados em condições abaixo das condições de mercado.

de mitigação, onde, diversos ministérios, agências setoriais e secretarias, por exemplo, Ministério do Meio Ambiente e Recursos de Água, Ministério das Relações Exteriores, Secretaria Nacional de Mudanças Climáticas, Autoridade de Transporte Terrestre, entre outras, monitoram, mensuram e documentam o progresso da implementação das ações de mitigação sob sua alçada. Esta informação é consolidada anualmente pela Grupo de Trabalho da Secretaria de Emissões de Longo Prazo e Mitigação. A acurácia da informação reportada será verificada pela agência principal setorial através de controles/checagens internas. O Grupo de Trabalho de Emissões de Longo Prazo e Mitigação irá então avaliar e determinar se as diferentes medidas de mitigação foram implementadas e que Singapura está no caminho correto para cumprir os compromissos e objetivos de mitigação.

Comentado [MR59]: OU está sendo verificada?

Comentado [JD60]: Foi informado em seu BUR que será verificada. Não podemos afirmar que já está sendo verificada.

3.1.3) *Green Climate Fund*

O *Green Climate Fund* foi estabelecido com a missão de incentivar a meta de manter o aumento da temperatura abaixo dos 2°C. O Fundo está ligado às Nações Unidas e, portanto, é guiado pelos princípios e provisões da [CQNUMC](#). Em seu conselho há 24 membros com 12 advindos de países desenvolvidos e 12 de países em desenvolvimento.

O Fundo é uma instituição de financiamento multilateral cujo único mandato é servir à Convenção e que tem como objetivo financiar quantidades iguais para mitigação e adaptação.

O GCF é uma entidade operacional do mecanismo financeiro da [CQNUMC](#). Com o tempo, o Fundo deve tornar-se o principal canal para o financiamento público climático. É uma instituição jurídica independente hospedada pela Coréia do Sul, com seu próprio secretariado e tem o Banco Mundial como seu administrador interino. Funciona sob a orientação de, e responde à [CQNUMC](#). Os 24 membros do Conselho de Administração com o apoio da secretaria estão trabalhando para operacionalizar o fundo desde a sua primeira reunião em agosto de 2012. Em 2014, concordaram sobre

as políticas e estruturas para receber, gerenciar, programar e desembolsar financiamento, bem como mensurar e gerir seus resultados e impactos. Foi previsto que os primeiros projetos e programas seriam financiados no segundo semestre de 2015.

Não há informações disponíveis sobre a existência de um sistema de MRV para o financiamento climático ainda. Apenas procedimentos como indicadores aplicados ao nível de projeto/programa para avaliar o desenvolvimento resultante, co-benefícios econômicos, ambientais, sociais e de gênero dos investimentos do GCF, incluindo, medidas quantitativas e qualitativas. Um maior refinamento metodológico irá prosseguir em 2015. Pela decisão B.07/04¹⁶, a Diretoria adotou modelos lógicos de mitigação e adaptação. Os níveis dos modelos lógicos adotados e os resultados correspondentes (objetivo, impactos e resultados) formam a organização primária para construir a estrutura de gerenciamento de resultados (*RMF-results management framework*) e os indicadores descritos nos sistemas de mensuração e desempenho de adaptação e mitigação mais específicos (*PMFs-performance measurement frameworks*). Estes sistemas são globalmente aplicados ao nível de Projeto/Programas, há uma política de M&E (Monitoramento e Avaliação) a ser desenvolvida pelo Fundo. Mas não há um sistema específico para o MRV dos recursos oferecidos pelo Fundo.

Indicadores de desempenho iniciais para adaptação e mitigação também foram acordados, visando capturar ambos os resultados de projetos e programas financiados, bem como o impacto transformador de atividades agregadas do Fundo. Porém, conforme descrito acima, um sistema específico ainda está em desenvolvimento. É chamado de Sistema Geral para Monitoramento e prestação de contas (*General Framework for Monitoring and Accountability*). Para a obtenção de maiores detalhes deste sistema em desenvolvimento seria interessante uma entrevista com o responsável.

¹⁶ Decisão disponível em: http://www.gcfund.org/fileadmin/00_customer/documents/MOB201410-8th/GCF_Report_to_COP_20_-_28NOV2014_final.pdf

Comentado [MR61]: Há um cronograma estabelecido?

Comentado [JD62]: Não informado.

Comentado [MR63]: Incluir link para a decisão. Ela traz mais detalhes sobre os "modelos lógicos"?

Comentado [JD64]: OK. Link incluído. Porém não traz maiores detalhes sobre os "modelos lógicos".

Comentado [MR65]: Há um cronograma estabelecido?

Comentado [JD66]: Não foi informado haver um cronograma estabelecido. Seria interessante aprofundar a pesquisa.

Comentado [MR67]: Quais são? Eles são/serão "mensurados/monitorados", "reportados" e "verificados"?

Comentado [JD68]: Informação não disponível.

Comentado [JD69]: Sim, seria o caso de "Para a obtenção de maiores detalhes, direcionamentos e anseios, seria interessante uma conversa com o responsável".

Comentado [MR70]: Seria o caso de "Para a obtenção de maiores detalhes, direcionamentos e anseios, seria interessante uma conversa com o responsável".

3.2 No âmbito das instituições Internacionais

3.2.1 Global Environmental Facility – GEF

O GEF foi estabelecido em 1992 (*Rio Earth Summit*) para auxiliar nos problemas ambientais mais urgentes do planeta. O GEF se tornou uma parceria internacional de 183 países, instituições internacionais, organizações da sociedade civil e setor privado para endereçar questões ambientais globais.

O Fundo conta com três agentes implementadores: UNEP ([Programa das Nações Unidas para o Ambiente](#)), UNDP ([Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas](#)) e IBRD (*International Bank for Reconstruction and Development*). Estas instituições respondem contabilmente ao Conselho do Fundo por suas atividades financeiras, incluindo a preparação e custo efetivo dos projetos do GEF e pela implementação das políticas operacionais.

As atividades do Fundo são parcialmente executadas pelo IBRD como uma [Agência Implementadora \(IA – Implementing Agency\)](#) e parcialmente executadas pelos agentes recebedores (Agências) que são externos e não-relacionados ao IBRD. Estas são responsáveis pela execução do desembolso de fundos pelo IBRD. O Fundo também provê empréstimos e garantias aos beneficiários. Como parte de suas ações de execução, IBRD e as Agências preparam termos de referência, bens e serviços de fornecedores e efetuam pagamentos para as atividades que executaram. Em adição as agências submetem relatórios de progresso e relatórios financeiros auditados ao IBRD para as atividades executadas.

As estratégias do GEF incorporam orientações das Convenções relevantes para qual o mesmo serve como um mecanismo financeiro: a [Convenção de Diversidade Biológica \(CBD – Convention on Biological Diversity\)](#) e a [CQNUMC](#).

Comentado [MR71]: Sugiro deletar referência ao Banco Mundial, uma vez que na maior parte dos casos é age apenas como trustee.

Além disto, os “sistemas de MRV” são elaborados e implementados por um conjunto maior de atores.

Comentado [JD72]: De acordo.??? REVER

Excluído: 3.2.1 World Bank - Será escolhido um (ou mais) dos fundos com os quais trabalham¹⁷.

Comentado [MR73]: O questionário preenchido apresenta outras informações relevantes que poderiam estar no texto, em particular sobre o processo de M&E. Sugiro incluir as mesmas no texto

Comentado [JD74]: OK. Informações foram inseridas.

Comentado [MR75]: ???

Movido para baixo [1]: Uma terceira parte conduziu o Relatório de Desempenho Anual (2014) do GEF e reporta ser natural agências que sejam antigas façam ajustes necessários em suas abordagens. Um dos desafios será o de garantir que seus relatórios de desempenho facilite comparações temporais e inter-agências.

Há um Relatório Anual de Desempenho (APR – [Annual Performance Report](#)) que fornece uma visão detalhada do desempenho das atividades e processos do Fundo, incluindo os fatores-chave que afetam a performance e a qualidade dos sistemas de monitoramento e avaliação (M&E). [Uma terceira parte, IEO \(Independent Evaluation Office\), conduziu o Relatório de Desempenho Anual \(2014\) do GEF e reporta ser natural agências que sejam antigas façam ajustes necessários em suas abordagens. Um dos desafios será o de garantir que seus relatórios de desempenho facilite comparações temporais e inter-agências.](#)

Movido (inserção) [1]

Comentado [MR76]: Quem é esta terceira parte?

Comentado [JD77]: Nome da terceira parte incluído.

O Relatório anual é bem detalhado e [inclui relatórios de resultados de projetos, a sustentabilidade dos resultados de projetos, qualidade da execução, tendências de co-financiamento e qualidade dos sistemas de M&E.](#)

[Os sistemas de M&E demonstram uma visão detalhada da performance dos projetos e financiamento dos mesmos. Demonstram também uma análise de alguns fatores chave que afetam seu desempenho. O sistema de M&E é estabelecido de um modo geral para o projeto como um todo e não somente para a parte de financiamento do mesmo. A qualidade dos sistemas de M&E dos projetos é avaliada de duas maneiras: \(1\) uma avaliação do M&E do projeto, incluindo se os indicadores utilizados são "SMART"¹⁸, se são estabelecidas linhas de base relevantes, se papéis e responsabilidades são definidos, se os processos apresentam orçamento adequado; e \(2\) o grau de qualidade do M&E durante a implementação, incluindo seu uso em facilitar o gerenciamento. Uma classificação de seis pontos, de altamente satisfatório a altamente insatisfatório é atribuída para a Qualidade do M&E de concepção e implementação. Como podemos perceber o sistema de M&E abrange o projeto como um todo. Para a extração da parte específica ao financiamento, há de se efetuar um estudo mais profundo e uma entrevista com o responsável poderia ser útil.](#)

Comentado [MR78]: São 603 ou 918 projetos?

Comentado [JD79]: No sub-estudo são 603 projetos e no total são 918 projetos

Comentado [MR80]: Seria possível incluir no formato de um Box um exemplo da aplicação do M&E em um projeto de mitigação apoiado pelo GEF?

Comentado [JD81]: Infelizmente não havia um exemplo de aplicação de M&E nas informações levantadas. Esta informação poderia fazer parte da segunda etapa do estudo, conforme sugerido no item abrangência e limitações ("selecionar e investigar estudos de caso").

O Último Relatório Anual (2014) também incluiu a avaliação [\(sub-estudo\) de 603 projetos completos do GEF. Os resultados apresentados baseiam-se principalmente](#)

¹⁸ Os indicadores SMART são (do inglês): Specific, Measurable, Achievable and Attributable, Relevant and Realistic, Time-Bound and Timely, Trackable and Targeted.

nas evidências e avaliações dos Relatórios finais apresentados pelas agências parceiras do GEF após a finalização do projeto.

Antes de relatar nos Relatórios Anuais (APRs), todas as avaliações finais são revisadas e validadas pelo IEO (*Independent Evaluation Office*), órgão de avaliação independente das agências parceiras do GEF, ou ambos. Desde 2009 o IEO tem adotado as classificações (“*ratings*”) dos escritórios de avaliação do Banco Mundial, PNUD e da UNEP, quando disponível, conforme as revisões passadas tem demonstrado que sejam amplamente consistentes com aqueles reportados pelo GEF IEO.

O Relatório Anual de Desempenho (APR) fornece uma visão detalhada do desempenho e financiamento dos projetos do GEF, bem como a análise de alguns fatores-chave que afetam o desempenho. Grande parte das evidências apresentadas no relatório são baseadas nas evidências apresentadas nas avaliações finais dos 918 projetos completos pelo GEF. A política de M&E do GEF está prevista para uma atualização para GEF-6. O IEO irá rever as diretrizes de avaliação final uma vez que a nova política de M&E for aprovada. [Para obtenção de maiores detalhes, seria interessante uma entrevista com o responsável.](#)

Comentado [MR82]: São 603 ou 918 projetos?

Comentado [JD83]: No sub-estudo são 603 projetos e no total são 918 projetos

Comentado [MR84]: Existe um cronograma?

Comentado [JD85]: Não disponibilizado.

Comentado [MR86]: Seria o caso de “Para a obtenção de maiores detalhes, direcionamentos e anseios, seria interessante uma conversa com o responsável”.

3.2.2) Forest Carbon Partnership Facility

O Forest Carbon Partnership Facility é uma parceria global entre governos, empresas, sociedade civil e população indígena, focada em reduzir emissões de desmatamento e degradação florestal, conservação de estoques de carbono, gerenciamento sustentável de florestas e aumento dos estoques de carbono em países em desenvolvimento (REDD+). O FCPF apresenta dois mecanismos separados porém complementares — *Readiness Fund e Carbon Fund* — para alcançar seus objetivos estratégicos. Ambos os fundos são sustentados por fundos de multi-doadores de entidades governamentais e não-governamentais. O Banco Mundial é a organização administradora do Fundo.

O FCPF apresenta um Sistema de Monitoramento e Avaliação (*Monitoring and Evaluation Framework*). Remete a um sistema de MRV com intenção para o efetivo Monitoramento e Avaliação do desempenho da Instituição conforme sua evolução até 2020. A função do Monitoramento se refere ao processo contínuo de reporte de desempenho (anualmente com atualizações semi-anuais) e tende a se limitar à avaliação da Eficiência e Eficácia do programa (2 dos 5 critérios da OECD/DAC). Portanto, o monitoramento não cobre o reporte de impactos, os quais são tipicamente mais longos em escopo.

A função de Avaliação ocorre em intervalos definidos. As avaliações são cuidadosas e cobrem os cinco critérios da OECD/DAC para avaliar a Relevância, Efetividade, Eficácia, Impacto e Sustentabilidade dos programas (apresentados no quadro seguinte). Também avalia os sistemas de governança e gerenciamento, incluindo a própria função de monitoramento. Portanto, o sistema é um sistema amplo o qual indica alguns aspectos do financiamento climático, alguns indicadores são associados com indicadores de desempenho. No entanto, não há um sistema de MRV especificamente desenvolvido para rastrear os recursos (financeiro). A Informação sobre este aspecto não estava disponível.

DESCRIÇÃO DOS 5 CRITÉRIOS DA OECD / DAC				
RELEVÂNCIA	EFICÁCIA	EFICIÊNCIA	IMPACTO	SUSTENTABILIDADE
A medida que a atividade de auxílio é adequada para as prioridades e políticas do grupo-alvo, receptor e doador.	Uma mensuração da extensão em que uma atividade de auxílio alcança seus objetivos.	Medidas de eficiência das saídas (outputs) - qualitativa e quantitativa - em relação às entradas (inputs).	As alterações positivas e negativas produzidas por uma intervenção de desenvolvimento, direta ou indiretamente, intencional ou não.	Diz respeito à mensuração se os benefícios de uma atividade são susceptíveis de continuar após a retirada de financiamento dos doadores.

Fonte: http://betterevaluation.org/evaluation-options/dac_criteria

Tabela 2. Descrição dos 5 critérios da OECD/DAC

O Sistema de Monitoramento e Avaliação para o FCPF foi baseado nos critérios de eficiência, eficácia e relevância da OECD/DAC (*Organization for Economic Cooperation and Development/Development Assistance Committee*). Novamente, um sistema amplo, não específico para financiamento.

Comentado [MR87]: Seria possível incluir no formato de um Box um exemplo da aplicação do M&A em um projeto apoiado pela FCPF?

Comentado [JD88]: Infelizmente não havia um exemplo de aplicação de M&E nas informações levantadas. Esta informação poderia fazer parte da segunda etapa do estudo, conforme sugerido no item abrangência e limitações ("selecionar e investigar estudos de caso").

Excluído: monitoramento

Excluído: avaliação

Excluído: monitoramento

Excluído: eficiência

Excluído: eficácia

Comentado [MR89]: Explicar cada critério. Pode-se utilizar uma nota de rodapé e/ou um Box.

Comentado [JD90]: Ok. Critérios explicados.

Comentado [MR91]: A função de Avaliação cobre os 5 critérios. Porque, aqui são listados apenas 3?

Comentado [JD92]: De acordo com as informações coletadas o "Monitoring and Evaluation Framework" foi baseado somente nos três critérios apresentados. Parece que o sistema como um todo foi baseado somente nestes critérios.

3.2.3) Climate investment Funds

Os Fundos de multi-doadores administrados pelo Banco Mundial, chamados Fundos de Investimento Climático (CIFs) são compostos por [dois fundos e três programas](#)¹⁹ separados que promovem tecnologias limpas, energias renováveis, redução do desmatamento e da integração da resiliência do clima no planejamento do desenvolvimento nacional. Com compromissos de financiamento de US\$ 8 bilhões de 14 países doadores.

Os projetos do CIF são executados por bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) - Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Corporação Financeira Internacional e o Banco Mundial.

A estrutura de governança e prestação de contas do CIF é apoiada por relatórios financeiros e de gestão. Um dos princípios operacionais do CIF é de ter responsabilidades separadas para a alocação de recursos, responsabilidades fiduciárias e funções administrativas. Os Comitês de Fundo Fiduciário tem a autoridade para a alocação de recursos de acordo com o poder que lhes é atribuído através dos documentos do Sistema de Governança do CIF para o CTF (*Clean Technology Fund*) e SCF (*Strategic Climate Fund*).

O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD) como Administrador (*Trustee*), é encarregado das responsabilidades fiduciárias. O Administrador fornece relatórios regulares do CIF para os respectivos Comitês do Fundo.

¹⁹ Os dois fundos são o CTF – Fundo de Tecnologia Limpa (*Clean Technology Fund*) e o SCF – Fundo Estratégico do Clima (*Strategic Climate Fund*). São três programas ligados ao SCF - FIP – Programa de Investimento em Floresta (*Forest Investment Program*); SREP – Ampliação do Programa de Energia Renovável (*Scaling Up Renewable Energy Program*) e PPCR – Programa Piloto de Resiliência do Clima (*Pilot Program Climate Resilience*).

Comentado [MR93]: Quais são?

Excluído: quatro fundos

Comentado [JD94]: Explicação incluída em nota de rodapé.

Em nível de projetos, cada MDB é responsável pela utilização dos fundos transferidos pelo administrador, de acordo com seu próprio sistema fiduciário, políticas, diretrizes e procedimentos. MDBs fornecem relatórios financeiros periódicos sobre estas questões, através de seus Conselhos, para o Administrador e às suas Comissões.

Anualmente, há uma auditoria externa nas contas do CIF. Os relatórios são publicados no website do CTF e SCF.

3.2.4) The International Climate Fund – UK

O Governo do Reino Unido criou o Fundo Internacional do Clima (ICF) para auxiliar os países em desenvolvimento a combater as alterações climáticas e reduzir a pobreza. O ICF trabalha em parceria com os países em desenvolvimento para tomarem medidas que reduzam as emissões de carbono, medidas de adaptação às mudanças climáticas e combate ao desmatamento.

Os recursos do Fundo serão programados através de programas globais, administrados multilateralmente (CIFs, Fundo de Adaptação do GCF, etc) e não para programas ou projetos específicos de cada país.

O ICF utiliza um conjunto de indicadores de alto nível para acompanhar o progresso contra as suas prioridades e objetivos globais e para medir o impacto e valor do recurso. **O Fundo faz uso dos bancos multilaterais de desenvolvimento, fazendo uso de seus sistemas de MRV para o financiamento de um projeto (quando o recurso é repassado ao MDB).** Entre 2011 e fevereiro de 2014, mais de 60% do financiamento do ICF foi gasto através de fundos climáticos multilaterais dedicados, que incluem outros doadores, bem como países em um processo colaborativo de programação dos fundos para fins relacionados ao clima.

O Plano de Implementação 2011/12 – 2014/15 estabelece que os sistemas de Monitoramento e Avaliação para os gastos do ICF serão alinhados entre os

Comentado [JD95]: Para que se possa obter maiores detalhes de como um MDB realiza o MRV do financiamento climático repassado pelos CIFs ter-se-á que aprofundar a pesquisa, pois através dos questionários não foi possível evidenciar/levantar estes detalhes. Recomenda-se pesquisar os estudos de caso, conforme sugerido no item "Abrangência e Limitações".

Comentado [MR96]: Este parece ser a "etapa" mais relevante a ser estudada dentro no contexto do nosso projeto. Seria possível obter mais detalhes de como um MDB realiza o MRV do financiamento climático repassado pelos CIFs?

Seria possível incluir no formato de um Box um exemplo da aplicação deste MRV em um projeto apoiado por um CIFs/MBD?

Comentado [MR97]: Qual a relação desta afirmação com os parágrafos seguintes? O Fundo não faz mais uso dos sistemas do MDBs? O que vale agora é o "Sistema de Monitoramento e Avaliação"?

Comentado [JD98]: O sistema de Monitoramento e Avaliação citado no Plano de implementação existe para os recursos repassados aos MDBs. Após o repasse aos mesmos, o recurso em nível de projeto/programa passa a ter o Monitoramento e avaliação do próprio MDB.

departamentos a fim de assegurar uma abordagem coerente ao avaliar impacto, e, que, as lições aprendidas são levadas em consideração para futuros programas. A ICAI (*The Independent Commission on Aid Impact*) irá conduzir avaliações independentes de impacto e valor do recurso. Indicando que possuem um sistema de MRV para o financiamento.

Sistemas de Monitoramento e Avaliação dos gastos do ICF estão alinhados entre os departamentos governamentais participantes. Estes utilizam um conjunto de indicadores de alto nível para medir o impacto e valor do recurso (dinheiro). Exemplos de indicadores utilizados para acompanhar os resultados, estão descritos do plano de implementação do ICF. [Exemplos de alguns dos indicadores utilizados para medir o impacto e valor do recurso:](#)

Desenvolvimento de Baixo Carbono

- [Quantidade de toneladas de CO2e reduzidas ou evitadas \(custo por tonelada de emissões abatidas como medida de VfM \(Value for Money\)\);](#)
- [Número de pessoas menos favorecidas com acesso à energia de baixo carbono;](#)
- [Índice de alavancagem das finanças públicas do Reino Unido \(incluindo financiamento privado, e financiamento de MDB\);](#)
- [Número de planos de política de baixo carbono elaborados e aplicados;](#)

Floresta

- [Porcentagem da redução de hectares degradados e desmatados \(porcentagem e número\)](#)
- [Número de países parceiros do Reino Unido com planos nacionais de REDD+;](#)
- [Escala e aumento do investimento do setor privado em REDD+ nos países parceiros do Reino Unido;](#)
- [Valor dos serviços ecossistêmicos salvos;](#)

Adaptação

- [Número de pessoas menos vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas;](#)
- [Valor de ativos protegidos/perdas evitadas;](#)
- [Número de pessoas que se beneficiam de apoio através de um mecanismo de parceiros do setor privado;](#)

Comentado [MR99]: Aqui diz que serão alinhados, mas no parágrafo seguinte diz que estão alinhados. Qual a situação atual?

Comentado [JD100]: No documento "Plano de Implementação 2011/12 – 2014/15" são relatadas as informações de um plano, ou seja, estão informando o que pretendem fazer. O mesmo documento indica que estarão alinhados e também indica que estão alinhados, no sentido de um plano de implementação. Seria muito interessante conversar com o responsável da iniciativa a fim de averiguar se o que foi descrito no plano foi realmente desenvolvido e checar a realidade do mesmo.

Excluído: de

Comentado [MR101]: Vide comentário anterior.

Comentado [MR102]: Quais são?

Comentado [JD103]: Exemplos citados

Comentado [MR104]: Listar os mesmos no relatório.

Comentado [JD105]: Exemplos citados

Cross-Cutting

- Green Climate Fund atende testes de revisão de ajuda multilateral de relevância e eficácia do Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID-UK)

A ICAI é o órgão independente responsável pelo controle do Fundo. Realizaram uma avaliação independente e declararam que o ICF tem auxiliado os fundos climáticos multilaterais a se tornarem mais eficazes, que o ICF foi pioneiro em novas abordagens para a mensuração dos resultados. No entanto, declaram também, que há a necessidade de melhorias no reporte de resultados e verificação. Também declararam que o ICF também precisa se tornar mais transparente em suas prioridades estratégicas.

Comentado [JD107]: Retirado do texto. Irrelevante.

Excluído: A plataforma de inovação da Iniciativa do Clima de Mercados de Capitais (CMCI – *The Capital Markets Climate Initiative*) proporciona um fórum onde propostas específicas do ICF que envolvem o trabalho como financiamento do setor privado podem ser discutidas com os experts participantes da CMCI.

Comentado [MR108]: É possível exemplificar?

Comentado [JD109]: Não informado na avaliação do ICAI.

Comentado [MR110]: Quais melhorias?

Comentado [JD111]: Não informado na avaliação do ICAI.

Comentado [MR112]: Como?

Comentado [JD113]: Não informado na avaliação do ICAI. Seria interessante uma pesquisa mais profunda com o próprio ICAI a fim de averiguar dados significativos e ferramentas.

3.3 No âmbito nacional

3.3.1) Fundo Clima

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) foi criado pela Lei nº 12.114/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 7.343/2010. O Fundo é um instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009. Ele tem por finalidade financiar projetos, estudos e empreendimentos que visem à mitigação (ou seja, à redução dos impactos) da mudança do clima e à adaptação a seus efeitos. Objetivo de apoiar projetos que melhorem a gestão de emissões de carbono ou que efetivamente reduzam as emissões de gases de efeito estufa.

O Fundo Clima é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e disponibiliza recursos em duas modalidades, a saber, reembolsável e não-reembolsável. Os recursos reembolsáveis são administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos não-reembolsáveis são operados pelo MMA.

O entrevistado informou que um sistema próprio de MRV seria interessante para mecanismo de captação de recurso. Utilizam o "Quadro Lógico"²⁰ como Ferramenta pós captação de recurso. Aplicam nos projetos já em execução. Para projetos não reembolsáveis há investimentos em novas metodologias, equipamentos, laboratórios, Embrapa (parceria). ↓

O monitoramento/acompanhamento de projetos é feito por terceiros/parceiros, que muitas vezes sabem mais informações e detalhes do projeto e podem aplicar o MRV de forma mais eficiente. O Entrevistado não citou quais seriam estes parceiros. ↓

O Fundo está desenvolvendo um sistema de MRV específico por setor. Para tanto os projetos em andamento servirão de piloto/teste para a metodologia a ser implementada. ↓

Foi informado que pela primeira vez está sendo realizada uma avaliação externa dos quatro anos de funcionamento do Fundo através da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) em parceira com o IPEA e a GIZ. Além disto, a Controladoria Geral da União audita anualmente o Fundo e há a entrega de relatórios de contas anuais para o Tribunal de Contas da União. As observações da avaliação externa vão servir de base para novas avaliações/ desenvolvimentos. ↓

3.3.2) Fundo Amazônia (BNDES)

O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia, nos termos do Decreto no 6.527, de 1º de agosto de 2008. A captação de recursos para o Fundo Amazônia tem base na efetiva redução de CO₂ decorrente do

²⁰ Maiores informações sobre a ferramenta disponíveis em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2011/Capitulos/governaca/monitoramento_e_avaliacao_de_projetos.html

Comentado [MR114]: No questionário está indicado a confidencialidade no nome do entrevistado. Alguma razão em particular?

Comentado [JD115]: O entrevistado informou que o BNDES tem como conduta não especificar nomes.

Excluído: E

Comentado [MR116]: Explicar o que é e como ocorre sua utilização.

Comentado [JD117]: Não foi informado como ocorre sua utilização. Seria necessário um maior aprofundamento da pesquisa. O questionário não abrange tal profundidade. Foi colocada uma nota de rodapé com o caminho para maiores detalhes da ferramenta.

Comentado [JD119]: Ferramenta citada pelo entrevistado, porém quando pedido maiores detalhes o mesmo informou que não dispunha de tempo no momento para detalhar a ferramenta. Seria interessante um aprofundamento.

Excluído: Apoiaram a construção desta ferramenta de monitoramento da Embrapa.

Excluído: "BNDES circulou a metodologia pelo comitê gestor, seguir as linhas definidas pelo comitê gestor. Não utilizar a metodologia na seleção de projetos, e sim após o início do mesmo. Para monitorar o projeto. Em função da idade do fundo, recente, ainda estão criando os procedimentos. dados sigilosos de acesso restrito.

Excluído: está em desenvolvimento. O Fundo apoia a demanda de desenvolvimento neste sentido. As áreas técnicas que trabalham com monitoramento estão desenvolvendo metodologias de MRV. Só há o que a diretoria esta acostumada a fazer. Querem fazer o seguinte:

Excluído: A metodologia é setorial, depende do setor do projeto. As metodologias de MRV estão em construção, em diversos setores (entrevistado não citou setores específicos).

Comentado [MR123]: Quais observações?

Comentado [JD124]: Das avaliações externas efetuadas por terceira parte.

Comentado [JD125]: Texto retirado. Informação não confirmada.

Movido (inserção) [3]

desmatamento na Amazônia Brasileira. Somente quando a taxa de desmatamento declina as doações são aceitas.

Excluído: Fonte: Fundo Amazônia - Documento do Projeto (revisado em 28 fev 2013).

O Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas:

- Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Manejo florestal sustentável;
- Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta;
- Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- Recuperação de áreas desmatadas.

O Fundo Amazônia pode utilizar até 20% dos seus recursos para apoiar o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

Além da redução das emissões de gases de efeito estufa, as áreas temáticas propostas para apoio pelo Fundo Amazônia podem ser coordenadas de forma a contribuir para a obtenção de resultados significativos na implementação de seus objetivos de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma Amazônia.

O Fundo Amazônia é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que também se incumbem da captação de recursos, da contratação e do monitoramento dos projetos e ações apoiados.

O BNDES gerencia a captação de recursos e negocia com potenciais doadores, nos termos da quantidade de emissões acordada pelo Comitê Técnico. O Banco também administra as finanças do fundo e promove seu crescimento, além de gerir a seleção, contratação, acompanhamento e avaliação de projetos, entre outras atividades.

Comentado [MR126]: Explicar melhor o que significa "emissões acordada pelo Comitê Técnico"

Comentado [JD127]: Informação não disponível.

O BNDES é também responsável pela liberação da informação semestral sobre o desempenho do fundo, pela elaboração do relatório de atividades e pela contratação de serviços de auditoria externa a fim de verificar anualmente a adequação dos desembolsos do fundo.

O Fundo Amazônia conta com um Comitê Orientador - COFA, com a atribuição de determinar suas diretrizes e acompanhar os resultados obtidos; e com um Comitê Técnico - CTFA, nomeado pelo Ministério do Meio Ambiente, cujo papel é atestar as emissões oriundas de desmatamentos na Amazônia. O Comitê Técnico, atesta os cálculos apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente quanto às reduções efetivas de emissões de carbono oriundas de desmatamento, apreciando as metodologias de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões. O Comitê Técnico é composto por seis especialistas de notório saber técnico-científico designados pelo Ministério do Meio Ambiente, após consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, para mandato de três anos, prorrogável uma vez por igual período.

Os recursos que integram o patrimônio do Fundo Amazônia são provenientes de doações e remunerações líquidas da aplicação de suas disponibilidades.

O saldo dos recursos do Fundo Amazônia não utilizados até o final de cada exercício é transferido para o exercício seguinte em proveito do mesmo Fundo, acrescidos das remunerações líquidas provenientes da aplicação de suas disponibilidades. O exercício Social do Fundo coincide com o exercício social do BNDES (1º de janeiro a 31 de dezembro).

Foi informado pelo entrevistado que o Fundo possui um sistema de monitoramento externo e um interno. O JNPE é utilizado para o monitoramento externo e foi considerado pelo entrevistado como um sistema transparente. Já o sistema interno apresenta informações de avaliação do projeto, monitoramento físico e de execução. Este é desenvolvido pela equipe operacional que efetua o acompanhamento físico e

Comentado [MR128]: No questionário está indicado a confidencialidade no nome do entrevistado. Alguma razão em particular?

Comentado [JD129]: Não informado.

Excluído: inpe

Excluído: -

Excluído: s

financeiro, bem como a efetividade das entregas. As informações sobre cronograma de desembolso devem ser disponibilizadas através dos responsáveis pela execução dos projetos. O FA monitora a implementação dos projetos, efetua um controle padrão BNDES, através de controle de execução de projeto físico e financeiro, porém estes relatórios de desempenho não são públicos, ficando somente disponíveis para auditorias.

O BNDES utiliza a ferramenta chamada "Quadro Lógico"²¹, ferramenta utilizada para assegurar que as ações apoiadas contribuam para o objetivo geral de um programa. O Quadro Lógico foi desenvolvido para o FA e a partir de suas diretrizes, foi informado pelo entrevistado, que para cada projeto/iniciativa financiada pelo BNDES, é desenvolvido um Quadro Lógico de acompanhamento deste projeto/iniciativa específico. Por ser uma ferramenta ampla de monitoramento e gestão engloba o acompanhamento de um projeto como um todo, fornecendo alguns indicadores para o monitoramento da parte de financiamento propriamente dita.

Para que haja um aperfeiçoamento constante, foi informado, que os doadores, fazem parte do processo de CQ/GQ, avaliando e fazendo sugestões de melhoria. Também possuem uma cooperação com a GIZ, no aperfeiçoamento das ferramentas e capacitação de pessoas para que possam apresentar melhorias de gestão não só dos projetos como um todo, mas também, a parte de reporte financeiro do mesmo. Para que os doadores possam acompanhar o investimento de recursos são realizadas auditorias internacionais através da KPMG, BDO.

O entrevistado relatou que a instituição apresenta constante preocupação em apresentar excelência em MRV da gestão de projetos, porém relata que devido ao fluxo de informações há uma grande dificuldade para modificações e implementações no sistema.

²¹ Maiores informações sobre a ferramenta disponíveis em: http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/Quadro_Logico_-_VERsXO-06-10-10-Internet.pdf

- Comentado [MR130]:** Melhorar apresentação da informação.
- Comentado [JD132]:** Não foi informado o nome da pessoa ou instituição. Informação retirada.
- Excluído:** site que possui informações do desembolso do projeto, site dos responsáveis pela execução dos projetos. Desde informações bem detalhadas até informações abrangentes. Uma pessoa da Noruega informou que não há nenhuma instituição tão transparente como o FA
- Excluído:** os
- Excluído:** . Controle padrão BNDES, controle de execução de projeto físico e financeiro. Relatórios ficam disponíveis para auditorias. -
- Excluído:** - ... [3]
- Comentado [JD141]:** Detalhes do questionário.
- Comentado [MR142]:** Explicar o que é e como ocorre sua utilização.
- Excluído:** Capítulo 5, relatório anual de atividades, pag 45. comparar com o ano anterior
- Excluído:** A cada ano estão sempre enriquecendo a comunicação. Colocaram no relatório anual a distribuição de recursos por eixo e etc.
- Comentado [JD145]:** Indicadores não informados.
- Excluído:** Quadro lógico - metodologia alemã. Já na partida se constrói o quadro lógico a partir do problema se cria os indicadores (desmatamento- problema), três eixos. Ordenar o território, regularização fundiária, zoneamento econômico de municípios. foi criado um quarto eixo - desenvolvimento tecnológico. Para cada um desses componentes foi desenvolvido indicadores que são monitorados através do Quadro Lógico. A medição de efetividade é realizada em conjunto com os beneficiários do projeto. Já na contratação do projeto é definida uma árvore de objetivos. Produção sustentável: indicadores de volume e receita. Com a experiência vão aprimorando e percebendo quais os indicadores significativos e indispensáveis.
- Excluído:** Os
- Excluído:** Tem
- Comentado [MR152]:** Qual a importância para o sistema de MRV?
- Excluído:** S
- Comentado [MR153]:** ???
- Excluído:** Doadores podem acompanhar o investimento de recursos e sua trajetória. -
- Excluído:** - ... [4]
- Excluído:** Há um norte. Buscam a simplicidade. Irão entrar em uma dimensão de mais Hora/homem dedicados p ... [5]
- Movido para cima [3]:** A captação de recursos para o Fundo Amazônia tem base na efetiva redução de CO2 ... [6]
- Excluído:** . Estão preocupados
- Excluído:** muita informação nova surgindo, o que
- Excluído:** ta
- Comentado [MR157]:** Melhorar apresentação da informação. ... [7]

3.3.3) Programa ABC

O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC é um dos planos setoriais elaborados de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 7.390/2010 e tem por finalidade a organização e o planejamento das ações a serem realizadas para a adoção das tecnologias de produção sustentáveis, selecionadas com o objetivo de responder aos compromissos de redução de emissão de GEE no setor agropecuário assumidos pelo país.

Com as informações disponíveis ao público não foi possível identificar que tipo de sistema utilizam para o MRV de financiamento climático. Não há informações claras e transparentes sobre as metodologias, processos e procedimentos para estimar e avaliar a efetividade do financiamento climático.

3.4 Outras iniciativas contendo informações/ferramentas relevantes a serem analisadas

3.4.1) GIZ – e o documento: “Measuring, Reporting and Verifying Climate Finance - International state of play and future perspectives – 2014”

O documento publicado pela instituição GIZ (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*) analisa a questão de MRV do financiamento climático e ressalta a importância do mesmo quando se trata de acompanhar as ações de financiamento climático as quais desempenham um papel fundamental na mensuração do progresso global dos esforços internacionais para a transição a uma economia de baixo carbono.

O documento tem como objetivo informar sobre o debate atual do tema fornecendo uma atualização e apanhado de trabalhos internacionais em curso sobre MRV de financiamento climático na [CQNUMC](#), OCDE (*Organisation for Economic Co-operation*

Comentado [JD158]: Acredito que possa ser questionado junto à Kátia. Seria interessante levantar junto a ela os contatos dos operadores do Programa e então efetuar uma pesquisa de seus sistemas de MRV existentes.

Comentado [MR159]: Uma vez que o financiamento se dá através do Programa ABC, não seria o caso de avaliar junto aos operadores do Programa (e.g. Banco do Brasil) qual o sistema de MRV existente? Certamente, como se trata de um financiamento agrícola existe algum tipo de MRV.

Isto poderá ser questionado junto à Katia, após a COP 21.

Excluído: o Plano ABC ainda não possui um mecanismo de monitoramento. Sua implementação é urgente, sob pena de se por a perder os esforços feitos pelo Governo até agora e de se colocar o Programa em descrédito perante a sociedade e a comunidade internacional. Fonte: Propostas para Revisão do Plano ABC, Observatório ABC. - ... [8]

and Development) e UE (European Union), tem como objetivo também a geração de possíveis recomendações e indicações para futuros trabalhos e perspectivas de MRV.

Comentado [MR160]: Quais as recomendações já realizadas?

A OECD tem proporcionado um fórum para partilharem experiências, desenvolverem diálogo e dividirem/revisarem lições aprendidas.

O documento apresenta um resumo dos principais desafios levantados sendo:

1. Fatores institucionais – Infinitude de atores, inúmeras fontes, canais e instrumentos.
2. Definições – Financiamento Climático (público/privado)
3. Sistemas de Reporte – Sistemas de reporte que se sobrepõem, reportes inconsistentes.

Comentado [MR161]: É possível explicar em mais detalhes?

Comentado [JD162]: Infelizmente não houve tempo hábil para maior exploração e reporte dos detalhes. Seria muito interessante, em uma segunda fase explorar estes detalhes.

Comentado [MR163]: Incluir como ANEXO

Comentado [JD164]: O documento apresenta 41 páginas, o link que leva ao documento se encontra na bibliografia. A fim de facilitar a leitura foi adicionado como nota de rodapé.

Excluído: o

Comentado [MR165]: Esta é uma conclusão sua? OU se trata de uma afirmação da GIZ?

Comentado [JD166]: Clarificado no texto.

A GIZ também publicou um Template para BURs²² em conformidade com as orientações da CQNUMC²³ para países em desenvolvimento (Não Anexo I). Este template destina-se a apoiar a preparação dos BURs, de uma maneira transparente e ambiciosa na medida do possível. Segundo a GIZ, o template reflete as melhores práticas de reportes ambiciosos, podendo o mesmo ser adaptado para a realidade e circunstâncias nacionais de cada país. O Capítulo 2 (mais especificamente o 2.4 e 2.5 para financiamento) do template é relacionado aos Arranjos institucionais relacionados com MRV²⁴, tem o objetivo de apresentar estruturas e abordagens transparentes permitindo que outros aprendam com as experiências apontadas e fornecendo informações úteis para potenciais doadores.

Comentado [MR167]: Seria possível apresentar mais detalhes?

Comentado [JD168]: Infelizmente não houve tempo hábil para maior exploração e reporte dos detalhes. Seria muito interessante, em uma segunda fase explorar estes detalhes.

Comentado [JD172]: De acordo. Informações deletadas e mantidas somente nos questionários.

Excluído: -

... [9]

3.4.5) CPEIR – Climate Public Expenditure and Institutional Review²⁵

²² Documento disponível em: <http://mitigationpartnership.net/giz-2014-biennial-update-report-template>

²³ Não é um documento oficial da UNFCCC.

²⁴ Conforme requerido pelo parágrafo 2(a) UNFCCC decision 2.CP.17, Annex III.

²⁵ http://www.asia-pacific.undp.org/content/rbap/en/home/library/democratic_governance/cpeir-methodological-guidebook.html & <http://climatefinance-developmenteffectiveness.org/CPEIR-Database>

A CPEIR é uma ferramenta de diagnóstico para avaliar as oportunidades e necessidades para a integração das preocupações em mudanças climáticas com os processos nacionais e sub-nacionais de atribuição de orçamento e despesas de um governo (país). O quadro analítico do CPEIR apresenta três pilares fundamentais: Análise de Políticas, Análise Institucional e Análise de Despesas Públicas Climáticas.

A análise CPEIR servirá de base e evidência para recomendações para fortalecer ainda mais os sistemas nacionais de maneiras que podem mensurar o potencial de acesso e distribuição do financiamento climático em nível nacional e local.

Para os países que implementarem a ferramenta, os gastos com mudanças climáticas podem ser mensurados de forma sistemática e regular. Dado que as instituições, sistemas e administrações governamentais levam tempo para se modificar, o CPEIR pode ser repetido em uma menor frequência.

A Ferramenta apresenta uma visão geral do processo de tomada de decisão existente para traduzir as políticas climáticas em alocações orçamentais e despesas, ou seja, integrar as mudanças climáticas no processo orçamentário de um país.

A ferramenta não apresenta um sistema de MRV para financiamento climático, apresenta uma seção (6.1.5) onde revisam os sistemas de M&E (monitoramento e avaliação) para cada estratégia de mudança climática, plano de ação e políticas estabelecidas. A seção avalia se há algum sistema de monitoramento para o plano nacional de ações e estratégias em mudanças climáticas, e, se o mesmo, está atualizado. Avalia também se há um sistema de MRV adotado a partir de doadores ou organizações internacionais.

Comentado [MR173]: É possível descrever maiores detalhes?

Comentado [JD174]: Não houve tempo hábil para explorar maiores detalhes além do que foi acordado com base nos questionários. Recomenda-se o aprofundamento.

4. Análise crítica dos resultados

Durante o extensivo período de levantamento de informações e entrevistas nas instituições selecionadas, verificou-se a importância dada ao tema “financiamento climático”, em particular na oferta de financiamento de uma forma eficaz, transparente e confiável.

Excluído: prestação

Neste sentido, os Bancos de Desenvolvimento Multilaterais (MDB)²⁶ comprometeram mais de 28 bilhões de dólares em projetos que endereçam mudanças do clima em economias emergentes e em desenvolvimento em 2014. Segundo o estudo “*MDB Joint Committe Report 2014*” do total de investimentos neste setor, 91% dos recursos vieram dos MDB e o restante, apenas 9%, foram advindos de doadores bilaterais ou multilaterais como o GEF (*Global Environmental Facility*) e CIF (*Climate Investment Funds*).

Comentado [MR175]: Passar para o português.

Excluído: Durante o período de pesquisa e entrevistas, verificou-se o fato de que as entrevistas são muito eficazes e trazem dados muito positivos para o estudo. Durante a entrevista há a possibilidade de atualizar os dados encontrados em material disponível ao público, e mais importante, a possibilidade de um entendimento melhor da iniciativa, seus anseios, dúvidas, necessidades e direcionamentos. ... [10]

Diante deste dado o trabalho e práticas dos MDB tornam-se enormemente relevantes para o estabelecimento de melhores práticas do mercado.

Em relação a “sistemas de MRV”, estas instituições vem trabalhando conjuntamente desde 2011 na área de, como nomeiam, “*tracking and reporting*”, ou, rastreamento e reporte. Estas instituições não utilizam a nomenclatura de MRV para suas práticas e manuais. Estes trabalhos conjuntos foram desenvolvidos principalmente para definir como e quanto recurso será alocado em um projeto. A metodologia conta também com exemplos de setores e conceitos dos mesmos, no entanto não abordam a questão de “MRV” do recurso após o mesmo ter sido repassado. Isto posto, confirmamos os relatos dos capítulos “3.4 Multilateral Development Banks e 3.5 Princípios comuns para o acompanhamento do financiamento climático em mitigação do IDFC” do Produto 3.1 do Contratual 1. Portanto seria muito interessante obter uma entrevista com uma maior quantidade de atores responsáveis a fim de trazer informações além das que estão disponíveis publicamente.

Comentado [MR176]: Favor revisar e/ou complementar em função do capítulos “3.4 Multilateral Development Banks” e “3.5 Princípios comuns para o acompanhamento do financiamento climático em mitigação do IDFC” do Produto 3.1 do Contratual 1

²⁶ Banco Africano de Desenvolvimento (AFBD), o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), o Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD), o Banco Europeu de Investimento (EIB), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB), a Corporação Financeira Internacional (IFC) e o Banco Mundial (WB).

Excluído: *The African Development Bank (AfDB), the Asian Development Bank (ADB), the European Bank for Reconstruction and Development (EBRD), The European Investment Bank (EIB), the Inter-American Development Bank (IDB), and the International Finance Corporation (IFC) and the World Bank (WB) from the World Bank Group (WBG).*

A linguagem empregada nos Fundos/Iniciativas apresentam uma questão interessante a ser melhor analisada futuramente, pois, muitas utilizam termos, manuais e sistemas trazidos do mercado financeiro. Nota-se que há de se atentar ao desenvolver um sistema de MRV para financiamento climático a fim de empregar os termos adequados para que fique claro do que se trata e como deve ser utilizado.

Diversas iniciativas confundem e misturam seus sistemas gerais de MRV com o sistema de MRV de financiamento climático. Diversas vezes ambos aparecem misturados disponibilizando pouca, ou nenhuma, informação detalhada do MRV de financiamento climático.

Também, em várias situações confunde-se o MRV do financiamento climático com o MRV da ação; ficando bastante complicado chegar a um veredito de "sim" e "não" no quesito de identificação/existência de um sistema de MRV de financiamento climático.

Por exemplo, o Fundo Clima informou utilizar como parte de seu MRV de financiamento climático o "Quadro Lógico" como ferramenta pós-captação de recurso. Já o Fundo Amazônia relata que o monitoramento físico e de execução é feito internamente (i.e. pela equipe operacional do BNDES que acompanha o físico financeiro e efetividade da atividade) e que portanto considera que possui "sim" um sistema de MRV do financiamento climático. Já as instituições implementadoras de projeto, como o WRI, informaram utilizar o sistema requerido por cada doador/financiador. O Instituto Clima e Sociedade (antigo LARCI) afirma estar muito interessado no desenvolvimento de um MRV de financiamento climático, apesar de não apresentar um. Já os fundos internacionais apresentam de modo geral um sistema de M&E que se assemelha a um sistema de MRV, porém apresentam o M&E misturado a conceitos de governança, contabilidade e pouco dos conceitos de MRV da CQNUMC. Alguns, como o *International Climate Fund*, utilizam o sistema de MRV dos MDBs. Estes fundos internacionais relatam que possuem a intenção de obter um sistema robusto de MRV e que já estão mobilizando esforços nesta direção. O BNDES também sinalizou estar caminhado nesta direção, participando de encontros internacionais sobre o tema e mobilizando esforços para tal.

Excluído: .

Excluído: A

Excluído: possuir

Enfim, há diversas iniciativas para que se uniformize a metodologia de coleta e reporte de informações das ações de financiamento climático.

Uma importante informação de ordem prática é o financiamento climático no âmbito de reporte à CQNUMC e o financiamento climático no âmbito de MRV do recurso repassado a um projeto, iniciativa, estudo, ação climática, etc.

O primeiro aspecto engloba MRV no âmbito de recebimento e repasse de recursos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (ponto de vista político). Estes devem efetuar o MRV dos recursos e repassar à CQNUMC os dados através das tabelas “*Common Tabular Format – CTF*” disponibilizadas pela própria CQNUMC. Este conceito engloba aspectos, como por exemplo, a porcentagem de recursos destinada a cada tipo de ação de mitigação ou adaptação climática e seus setores. É crucial para reforçar a transparência, prestação de contas e confiança entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento; assegurando que os países desenvolvidos estejam cumprindo o compromisso internacional de mobilizar USD 100 bilhões por ano até 2020. Analisando os *BRs* dos Estado Unidos da América e da Comunidade Europeia, ficou bem claro que ambos tem a preocupação do aspecto de financiamento climático, porém utilizam metodologias diferentes. Nenhum dos dois possui um MRV completo de financiamento climático, porém a UE está muito engajada em esforços no sentido de estabelecer um sistema robusto.

O segundo aspecto seria o de MRV do recurso que chega e/ou sai das Instituições (ponto de vista prático), tais como: fundos climáticos, Bancos de Desenvolvimento Bilaterais ou Multilaterais, etc. Este recurso necessita de um MRV detalhado que engloba conceitos de governança e contabilidade dos recursos por se tratar de recurso que chega na “ponta” (destino final).

Durante o levantamento de informações foi verificado que estes dois aspectos são fundamentais para o estabelecimento de um sistema de MRV de financiamento climático robusto.

Um sistema eficaz de MRV pode melhorar a eficácia da utilização dos fundos públicos e privados. Do mesmo modo, uma boa comunicação é fundamental para estabelecer a confiança entre o doador e os países beneficiários, através do reforço da prestação de contas, da credibilidade e da transparência.

Finalmente, durante o período de pesquisa e entrevistas, verificou-se o fato de que as entrevistas são muito mais eficazes e trazem dados muito positivos para o estudo. Durante a entrevista há a possibilidade de atualizar os dados encontrados em material disponível ao público, e mais importante, a possibilidade de um entendimento melhor da iniciativa, seus anseios, dúvidas, necessidades e direcionamentos.

Excluído: Muitos entrevistados confundem o MRV do financiamento climático como MRV do projeto/programa, bem como as informações disponíveis ao público também se encontram, diversas vezes, em meio ao sistema de MRV de projeto/programa, alguns "sistemas" de MRV de financiamento climático estão imersos no MRV geral. Misturando desta forma os conceitos de MRV de projeto. Ficando bastante complicado chegar a um veredito de "sim" e "não" no quesito de identificação/existência de um sistema de MRV de financiamento climático. - ... [11]

Portanto, as instituições listadas na tabela 3 devem ser contatadas e entrevistadas a fim de trazer informações valiosas ao estudo e ajudar na composição de um produto final de qualidade.

INSTITUIÇÕES A SEREM ENTREVISTADAS DURANTE A COP 21			
INSTITUIÇÃO	NOME DO RESPONSÁVEL/CONTATO	CONTATO	OBSERVAÇÕES
The Joint MDB Working Group on climate finance tracking	Obter contato	Obter contato	Together with the Inter-American Development Bank leading efforts on mitigation and AfDB leading efforts on adaptation
World Bank Group	Rachel Kyte		Vice President and Special Envoy for Climate Change
	Camille Funnell	cfunnell@worldbank.org +1 (202) 294-4804	
	Christophe de Gouvello	cdegouvello@worldbank.org (61) 9862-7609	
IDFC	Sebastian Schild von Spannenberg	sebastian.spannenberg@kfw.de	IDFC Secretariat
SOUTH AFRICA	Brian Montlana	Bmantlana@environment.gov.za	South Africa Department of Environmental Affairs
OECD	Raphael Jachnik	raphael.jachnik@oecd.org	OECD Environment Directorate
GEF	Gustavo Fonseca	gfonseca@thegef.org	Indicado pelo BID
Green Climate Fund	Juan Alberto Chang	ichangolivas@gmail.com	Indicado pelo BID
	Tao Wang	twang@gcfund.org	Director of mitigation and adaptation
Climate Investment Fund	Gloria Visconti	gloriav@iadb.org	ponto focal do CIF no BID
The International Climate Fund UK	Ana Paula Gutierrez	ana.gutierrez@fco.gov.uk	Respondeu o e-mail informando que iria agendar data para conversa.

Tabela 3. Instituições a serem entrevistadas durante a 21ª Conferência das Partes.

Formatado: Sobrescrito
Excluído: Instituições/ a serem entrevistads - ... [12]
Formatado: Fonte: 10 pt
Formatado: Fonte parág. padrão, Fonte: Times, 12 pt
Formatado: Fonte: 10 pt
Formatado: Fonte: 10 pt
Formatado: Fonte: 10 pt
Formatado: Fonte: 10 pt

5. Anexos

ANEXO I – Formulários/Questionários preenchidos entregues em arquivo separado.

ANEXO II – Eventos 21ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Eventos a serem analisados para participação considerando: networking no tema de financiamento climático, informações a serem disponibilizadas, ferramentas disponíveis e etc.

Comentado [MR181]: Apresentar como Anexo

When: 9th December 08:00-10:00

Where: EY Paris, 1 place des Saisons, 92037 Paris

Register at <http://cdsb.net/IRevent>

Global financial markets offer a vast capital resource to finance climate change adaptation and mitigation, but influencing this powerful established system to do so is a significant challenge. This breakfast briefing will outline how lessons learned from the financial accounting world can provide a proven and practical infrastructure to manage and finance climate change action. The seminar will also introduce Integrated Reporting <IR> and the CDSB Framework, which provides guidance to support corporate climate change reporting according to the principles of <IR>.

The opportunities of understanding value creation through climate adaptation and mitigation are key to unlocking resources to address this challenge in a way that also supports growth. Integrated reporting tackles this by helping companies operate within planetary boundaries and providing capital markets with the information they need in order to channel investment into sustainable organisations. Register at <http://cdsb.net/IRevent>

Speakers:

Andreas Feiner, Head of Values Based Research and Advisory, Arabesque Investments

Lois Guthrie, Founding Director, Climate Disclosure Standards Board

IIRC speaker (TBC)

Event hosted by the Climate Disclosure Standards Board, International Integrated Reporting Council and EY.

When: 9th December 08:00-10:00

Where: EY Paris, 1 place des Saisons, 92037 Paris

Register at <http://cdsb.net/IRevent>

Global financial markets offer a vast capital resource to finance climate change adaptation and mitigation, but influencing this powerful established system to do so is a significant challenge. This breakfast briefing will outline how lessons learned from the financial accounting world can provide a proven and practical infrastructure to manage and finance climate change action. The seminar will also introduce Integrated Reporting <IR> and the CDSB Framework, which provides guidance to support corporate climate change reporting according to the principles of <IR>.

The opportunities of understanding value creation through climate adaptation and mitigation are key to unlocking resources to address this challenge in a way that also supports growth. Integrated

[reporting tackles this by helping companies operate within planetary boundaries and providing capital markets with the information they need in order to channel investment into sustainable organisations.](#)

Register at <http://cdsb.net/IRevent>

Speakers:

[Andreas Feiner, Head of Values Based Research and Advisory, Arabesque Investments](#)

[Lois Guthrie, Founding Director, Climate Disclosure Standards Board](#)

[IIRC speaker \(TBC\)](#)

[Event hosted by the Climate Disclosure Standards Board, International Integrated Reporting Council and EY.](#)²⁸

²⁸ [Estes são apenas dois exemplos, a lista exaustiva de eventos ligados à financiamento climático, MRV de financiamento climático não foi levantada.](#)

6. Referências Bibliográficas

Adelante (led by Jerome Dendura) and Hanh Le (UNDP) - A Methodological Guidebook – Climate Public Expenditure and Institutional Review (CPEIR). Publicado pela UNDP. Disponível em: http://www.asia-pacific.undp.org/content/rbap/en/home/library/democratic_governance/cpeir-methodological-guidebook.html

Biennial Update Report Template – publicado por GIZ em nome de “*Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation, Building and Nuclear Safety*” da República Federativa da Alemanha. Template desenvolvido pelo projeto “*Information Matters: Capacity Building for Enhanced Reporting and Facilitation of International Mutual Learning Through Peer-to-Peer Exchange*”. Disponível em: <http://mitigationpartnership.net/giz-2014-biennial-update-report-template>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano setorial de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura: plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, coordenação da Casa Civil da Presidência da República. – Brasília : MAPA/ACS, 2012. 173 p.

CLIMATE INVESTMENT FUNDS. 2009. Annual Report on the CIF “Building Partnership for Climate Action”. 10 de novembro de 2009.

Common Principles for Climate Change Adaptation Finance Tracking – disponível em http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/Common_Principles_for_Climate_Change_Adaptation_Finance_Tracking_-_Version_1_02_July_2015.pdf página visitada no dia 11 de novembro de 2015. Desenvolvido conjuntamente por: The African Development Bank (AfDB), the

Asian Development Bank (ADB), the European Bank for Reconstruction and Development (EBRD), the European Investment Bank (EIB), the Inter-American Development Bank (IDB), and the International Finance Corporation (IFC), World Bank (IDA/IBRD) from the World Bank Group (WBG) and the International Development Finance Club (IDFC).

Common Principles for Climate Change Mitigation Finance Tracking – disponível em <http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/Climate/common-principles-for-climate-mitigation-finance-tracking.pdf> página visitada no dia 11 de novembro de 2015. Desenvolvido conjuntamente por: The African Development Bank (AfDB), the Asian Development Bank (ADB), the European Bank for Reconstruction and Development (EBRD), the European Investment Bank (EIB), the Inter-American Development Bank (IDB), and the International Finance Corporation (IFC), World Bank (IDA/IBRD) from the World Bank Group (WBG) and the International Development Finance Club (IDFC)

FCPF Carbon Fund Methodological Framework Discussion Paper #3: Measurement, Reporting and Verification Options for the FCPF Carbon Fund – by TAP Experts (Additional technical support provided by Forest Carbon, Markets and Communities (FCMC), a US Agency for International Development funded program. 2013.

FCPF Monitoring and Evaluation Framework – 2013. Prepared by Alain Lafontaine, Baastel; Dietrich Busacker, ECO Consult, Cornelia Sepp, ECO Consult.

First Biennial Report of the United States of America – 2014 – Published by the U.S. Department of State. Disponível em: http://unfccc.int/files/national_reports/biennial_reports_and_iar/submitted_biennial_reports/application/pdf/first_u.s._biennial_report_rev.pdf

FORSTATER, Maya; NAKHOODA, Smita e WATSON, Charlene. ENTENDENDO A EFICÁCIA DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO: O FUNDO AMAZÔNIA. Abril de 2013. Documento de Trabalho 372.

GVCES – Análise dos Recursos do Programa ABC, Foco na Amazônia Legal – Potencial de redução de GEE e estudo de caso sobre o Programa ABC em Paragominas. Sumário Executivo, Relatório 4, Ano 2, Maio 2015.

ICF INTERNATIONAL. 2013. Inception Report – Independent Evaluation of the Climate investment Funds. Junho de 2013.

ICF INTERNATIONAL. 2014. CLIMATE INVESTMENT FUND 2014 ANNUAL REPORT – Delivering at scale, empowering transformation. The World Bank Group. 31 de dezembro de 2014.

ICF International. 2014. Independent Evaluation of the Climate Investment Funds. Washington, DC: World Bank.

IGES – INSTITUTE FOR GLOBAL ENVIRONMENTAL STRATEGIES. 2015. One Hundred Questions & Answers about MRV in Developing Countries. Version 3.0 (COP 21), Novembro de 2015.

International Development Finance Club - Development Banks Agree Common Approach to Measure Climate Finance July 2015– disponível em <https://www.idfc.org/Press-And-Publications/press.aspx> -

Iro, Andrea – Measuring, Reporting and Verifying Climate Finance – International state of play and future perspectives 2014. Published by Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

IDFC – International development finance club – Development Banks Agree Common Approach to Measure Climate Finance. July 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, Relatório 2011. Brasília, dezembro de 2011.

MRV OF CLIMATE FINANCE – Current status, relevant OECD work, potential ways forward. Standing Committee on Finance (SCF) workshop on MRV of climate finance support. Bonn, 28 de agosto de 2013. Apresentado por Raphael Jachnik, OECD Environment Directorate.

OBSERVATÓRIO ABC - Proposta para Revisão do Plano ABC. 2015.

Singapore's Third National Communication and First Biennial Update Report – December 2014 – Publicado por: "National Environment Agency" Singapore.

South Africa's 1st Biennial Update Report – November 2014. Department of Environmental Affairs – Republic of South Africa.

TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU. 2013. Financiamento pela UE da Luta Contra as Alterações Climáticas no Contexto da Ajuda Externa. Relatório Especial n. 17.

UNFCCC. Summary and recommendations by the Standing Committee on Finance on the 2014 Biennial Assessment and Overview of Climate Finance Flows.

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE SECRETARIAT. 2014. Handbook on Measurement, Reporting and Verification for Developing Country Parties.

UNFCCC Standing Committee on Finance – 2014 Biennial Assessment and Overview of Climate Finance Flows Report. Disponível em: https://unfccc.int/files/cooperation_and_support/financial_mechanism/standing_committee/application/pdf/2014_biennial_assessment_and_overview_of_climate_finance_flows_report_web.pdf

2014 JOINT REPORT ON MULTILATERAL DEVELOPMENT BANKS' CLIMATE FINANCE. June 2015. Escrito por um grupo de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs), composto por the African Development Bank (AfDB), the Asian Development Bank (ADB), the European Bank for Reconstruction and Development (EBRD), the European Investment Bank (EIB), the Inter-American Development Bank (IDB), and the International Finance Corporation (IFC) and the World Bank (WB) from the World Bank Group (WBG).

2014 Biennial Report Methodologies for International Climate Finance – United States
of America. Disponible en:
http://unfccc.int/files/national_reports/biennial_reports_and_iar/submitted_biennial_reports/application/pdf/biennial_report_international_climate_finance_methodologies.pdf

Página 13: [1] Movido para a página 14 (Mover #2)
24/11/15 16:28

Marcelo Rocha

Através de pesquisa no website da UNFCCC¹ nota-se que apenas 16 dos 153 países da lista de países “Não-Anexo I” já possuem os seus *BURs* publicados no site da UNFCCC o que prejudica as análises dos mesmos no quesito MRV em Financiamento de Mitigação Climática, bem como nos mostra que o processo ainda está se iniciando, confirmando as conclusões do *Green Climate Fund* (citado na Introdução).

Os países sugeridos no Plano de Trabalho, China e Índia, fazem parte da lista de países que não possuem seu *BUR* disponível no site da UNFCCC, portanto os mesmos foram substituídos por África do Sul e Singapura.

Página 13: [2] Excluído

Janaina Dallan

27/11/15 19:39

Página 30: [3] Excluído

Janaina Dallan

30/11/15 12:10

O FA não utiliza as tabelas CTF (*commom tabular format*) da CQNUMC. [MR1] Estão se confrontando com aumento significativo de informações nos relatórios de atividades. (Relatório anual. A partir da pag 69 maiores informações). [MR2] Já [JD3] cumprem uma extensa carga de relatoria. Irão ficar mais atentos à salvaguardas de Cancun, vazamentos e etc [MR4]. Na avaliação de efetividade dos projetos concluídos irão incluir [MR5]. Serão uma das instituições que irão alimentar o novo plano governamental. [MR6]

Página 30: [4] Excluído

Janaina Dallan

30/11/15 13:02

Segundo o entrevistado, ainda precisam de mais tempo de projeto para terem mais dados. No ano que vem. Fazem ao final uma avaliação de efetividade. Daqui uns dois anos irão saber melhor o que acontece. Precisam de mais tempo de projeto para descobrir. So

¹ Pesquisa efetuada no dia 28 de outubro de 2015 http://unfccc.int/national_reports/non-annex_i_natcom/reporting_on_climate_change/items/8722.php

informam resultados concretos. Não há estimativas. Considerando a taxa de erro no INPE.[MR7]

Página 30: [5] Excluído **Janaina Dallan** **30/11/15 13:02**

Há um norte. Buscam a simplicidade. Irão entrar em uma dimensão de mais Hora/homem dedicados para elaborar indicadores, quadro logico. Mais baseado em experiência do corpo técnico. BNDES reporta a um universo governamental, internacional e etc. MRV até de organizações que desenvolvem o projeto. Não se aplica, não fazem uma análise de custo benefício[MR8].

Página 30: [6] Movido para a página 27 (Mover #3) **Marcelo Rocha**
24/11/15 18:04

A captação de recursos para o Fundo Amazônia tem base na efetiva redução de CO2 decorrente do desmatamento na Amazônia Brasileira. Somente quando a taxa de desmatamento declina as doações são aceitas. Fonte: Fundo Amazônia - Documento do Projeto (revisado em 28 fev 2013).

Página 30: [7] Comentou **Marcelo Rocha** **24/11/15 18:04**

Melhorar apresentação da informação.

Página 31: [8] Excluído **Marcelo Rocha** **24/11/15 18:09**

o Plano ABC ainda não possui um mecanismo de monitoramento. Sua implementação é urgente, sob pena de se por a perder os esforços feitos pelo Governo até agora e de se colocar o Programa em descredito perante a sociedade e a comunidade internacional. Fonte: Propostas para Revisão do Plano ABC , Observatório ABC.

A Embrapa, juntamente com o Fundo Clima, devem iniciar neste ano o funcionamento de um Laboratório **(Sistema) Virtual Multi-Institucional de Mudanças Climáticas**, que permita acompanhar o desempenho do programa segundo as bases científicas existentes hoje e a demanda operacional. Necessário acompanhar a fim de verificar se o MRV do financiamento climático será incluso neste sistema.

Página 32: [9] Excluído **Janaina Dallan** **28/11/15 00:23**

3.4.2) Carbon Fund Working Group - e o documento: *“FCPF Carbon Fund Methodological Framework Discussion Paper #3: Measurement, Reporting and Verification Options for the FCPF Carbon Fund - 2013” – Forest Carbon Partnership Facility*[MR9].

O Estudo mencionado não apresenta questões relacionadas a MRV de financiamento climático, apenas MRV de projetos de REDD+.

O Carbon Fund seleciona países que fizeram progressos significativos nos seus esforços de preparação para o REDD+ a participarem do Fundo. O Fundo irá remunerar os países selecionados de acordo com os contratos negociados para reduzir as emissões de forma verificável (em comparação com o cenário de referência). O Banco Mundial assume a função de administrador e secretariado.

O Fundo apresenta um sistema de mensuração de Performance (Performance Measurement Framework – PMF) para a coleta sistemática de dados relevantes durante o tempo de vida de um projeto/programa a fim de documentar e avaliar o progresso com relação aos resultados esperados. Este sistema não é específico para MRV de financiamento climático, mas contempla em um de seus itens a questão financeira.

Esta seção deve apresentar um resumo do status da gestão financeira e avaliação global de sua coerência com o plano financeiro aprovado para o ano. Deve-se destacar qualquer questão importante relacionada à gestão financeira e as medidas propostas. Uma tabela resumo para o período de seis meses deve ser fornecida.

3.4.3) WRI – World Resources Institute Brasil[MR10]

O WRI Brasil trabalha em estreita colaboração com líderes para transformar grandes ideias em ações para preservar nossos recursos naturais — base para oportunidades econômicas e para o bem-estar humano. Focam em três questões críticas na intersecção entre o

desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente: cidades e transporte, mudanças climáticas e florestas.

Estão associados ao *World Resources Institute* (WRI), uma organização mundial de pesquisa. O trabalho do WRI abrange mais de 50 países, com escritórios nos Estados Unidos, China, Índia, Brasil, Europa e Indonésia. Lançado em 2014 com sua sede em São Paulo e um escritório em Porto Alegre, o WRI Brasil compõe a história de 20 anos do WRI e fortalece a pesquisa de campo no país.

O WRI Brasil informou, através de entrevista, que é apenas uma instituição implementadora de projetos, portanto utilizam, o sistema requerido por cada doador/financiador. Não possuindo um sistema de MRV próprio.

3.4.4) LARCI – Latin America Regional Climate Initiative^[MR11]

A antiga LARCI criou uma organização Brasileira sem fins lucrativos voltada para projetos desenvolvidos exclusivamente no Brasil. Esta organização ainda conta com as doações das antigas mantenedoras, *ClimateWorks Foundation, the William and Flora Hewlett Foundation, the Oak Philanthropy, and the Children's Investment Fund Foundation*. Tem o foco em doações financeiras para projetos de mitigação das mudanças do clima englobando (ou não) ações de mitigação. Possui foco em dois temas: Mobilidade Urbana e Política Climática. Estão em uma fase de transição e reestruturação com esta nova estrutura totalmente nacional.

Através de entrevista com o responsável verificou-se que não possuem um sistema próprio de MRV de financiamento climático, A iniciativa financia projetos através de doações e possui apenas indicadores da ação e produtos entregues do projeto/estudo financiado.

A entrevistada sugeriu que estas organizações envolvidas no estudo sejam reunidas para que possam debater os resultados da pesquisa e talvez até criar uma cooperação. A entrevistada até disponibilizou a sede da instituição para o encontro. Não querem distinguir mitigação de adaptação, um leva ao outro. Demonstraram grande interesse nos resultados da pesquisa/estudo, pois como estão em fase de implementação gostariam de obter as possibilidades de MRV disponíveis, para talvez, implementar na Iniciativa.

Página 34: [10] Excluído **Marcelo Rocha** **24/11/15 18:23**

Durante o período de pesquisa e entrevistas, verificou-se o fato de que as entrevistas são muito eficazes e trazem dados muito positivos para o estudo. Durante a entrevista há a possibilidade de atualizar os dados encontrados em material disponível ao público, e mais importante, a possibilidade de um entendimento melhor da iniciativa, seus anseios, dúvidas, necessidades e direcionamentos.

Portanto, as instituições abaixo devem ser contatadas e entrevistadas a fim de trazer informações valiosas ao estudo e ajudar na composição de um produto final de qualidade.

Instituições/ Personas a serem entrevistadas

The Joint MDB Working Group on climate finance tracking. (Together with the Inter-American Development Bank leading efforts on mitigation and AfDB leading efforts on adaptation).

World Bank Group Vice President and Special Envoy for Climate Change, Rachel Kyte

For MDBs: Camille Funnell, the World Bank Group, cfunnell@worldbank.org, +1 (202) 294-4804

For IDFC: IDFC Secretariat, Sebastian Schild von Spannenberg; sebastian.spannenberg@kfw.de

South Africa Department of Environmental Affairs – persona responsável pelo MRV e M&E indicado no *BUR*.

OECD – Raphael Jachnik – OECD Environment Directorate – raphael.jachnik@oecd.org

E demais nomes indicados na tabela 1. Responsáveis dos Fundos/instituições contatados

Os

Página 37: [11] Excluído **Marcelo Rocha** **24/11/15 18:46**

Muitos entrevistados confundem o MRV do financiamento climático como MRV do projeto/programa, bem como as informações disponíveis ao público também se encontram, diversas vezes, em meio ao sistema de MRV de projeto/programa, alguns "sistemas" de MRV de financiamento climático estão imersos no MRV geral. Misturando desta forma os conceitos de MRV de projeto. Ficando bastante complicado chegar a um veredito de "sim" e "não" no quesito de identificação/existência de um sistema de MRV de financiamento climático.

O Fundo Clima informou utilizar como parte de seu MRV de financiamento o "Quadro Lógico" como ferramenta pós-captação de recurso. Já o Fundo Amazônia relata que o monitoramento físico e de execução é feito internamente (BNDES), pela equipe operacional que acompanha o físico financeiro e efetividade da atividade e considera que possui "sim" um sistema de MRV do financiamento climático. Já as instituições implementadoras de projeto, como o WRI, informaram utilizar o sistema requerido por cada doador/financiador. O Instituto Clima e Sociedade (antigo LARCI) afirma estar muito interessado no desenvolvimento de um MRV de financiamento climático, apesar de não apresentar um. Já os fundos internacionais apresentam de modo geral um sistema de M&E que se assemelha a um sistema de MRV. Apresentam o M&E misturado a conceitos de governança, contabilidade e pouco dos conceitos de MRV da UNFCCC. Alguns, como o *International Climate Fund*, utilizam o sistema de MRV dos Bancos Multilaterais. Estes fundos internacionais relatam que possuem a intenção de possuir um sistema robusto de MRV e que já estão mobilizando esforços nesta direção. O BNDES também sinalizou estar caminhado nesta direção, participando de encontros internacionais sobre o tema e mobilizando esforços para tal.

Instituições/ a serem entrevistads [MR12]

The Joint MDB Working Group on climate finance tracking. (Together with the Inter-American Development Bank leading efforts on mitigation and AfDB leading efforts on adaptation).
World Bank Group Vice President and Special Envoy for Climate Change, Rachel Kyte

For MDBs: Camille Funnell, the World Bank Group, cfunnell@worldbank.org, +1 (202) 294-4804

For IDFC: IDFC Secretariat, Sebastian Schild von Spannenberg; sebastian.spannenberg@kfw.de

South Africa Department of Environmental Affairs – persona responsável pelo MRV e M&E indicado no BUR.

OECD – Raphael Jachnik – OECD Environment Directorate – raphael.jachnik@oecd.org

E demais nomes indicados na tabela 1. Responsáveis dos Fundos/instituições contatados[MR13]

Eventos a serem analisados para participação considerando: networking no tema de financiamento climático, informações a serem disponibilizadas, ferramentas disponíveis e etc.[MR14]

COP 21 – [MR15]

When: 9th December 08:00-10:00

Where: EY Paris, 1 place des Saisons, 92037 Paris

Register at <http://cdsb.net/IRevent>

Global financial markets offer a vast capital resource to finance climate change adaptation and mitigation, but influencing this powerful established system to do so is a significant challenge. This breakfast briefing will outline how lessons learned from the financial accounting world can provide a proven and practical infrastructure to manage and finance climate change action. The seminar will also introduce Integrated Reporting <IR> and the CDSB Framework, which provides guidance to support corporate climate change reporting according to the principles of <IR>.

The opportunities of understanding value creation through climate adaptation and mitigation are key to unlocking resources to address this challenge in a way that also supports growth. Integrated reporting tackles this by helping companies operate within planetary boundaries and providing capital markets with the information they need in order to channel investment into sustainable organisations.

Register at <http://cdsb.net/IRevent>

Speakers:

Andreas Feiner, Head of Values Based Research and Advisory, Arabesque Investments

Lois Guthrie, Founding Director, Climate Disclosure Standards Board

IIRC speaker (TBC)

Event hosted by the Climate Disclosure Standards Board, International Integrated Reporting Council and EY.

When: 9th December 08:00-10:00

Where: EY Paris, 1 place des Saisons, 92037 Paris

Register at <http://cdsb.net/IRevent>

Global financial markets offer a vast capital resource to finance climate change adaptation and mitigation, but influencing this powerful established system to do so is a significant challenge. This breakfast briefing will outline how lessons learned from the financial accounting world can provide a proven and practical infrastructure to manage and finance climate change action. The seminar will also introduce Integrated Reporting <IR> and the CDSB Framework, which provides guidance to support corporate climate change

reporting according to the principles of <IR>.

The opportunities of understanding value creation through climate adaptation and mitigation are key to unlocking resources to address this challenge in a way that also supports growth. Integrated reporting tackles this by helping companies operate within planetary boundaries and providing capital markets with the information they need in order to channel investment into sustainable organisations.

Register at <http://cdsb.net/IRevent>

Speakers:

Andreas Feiner, Head of Values Based Research and Advisory, Arabesque Investments

Lois Guthrie, Founding Director, Climate Disclosure Standards Board

IIRC speaker (TBC)

Event hosted by the Climate Disclosure Standards Board, International Integrated Reporting Council and EY.²

² Estes são apenas dois exemplos, a lista exaustiva de eventos ligados à financiamento climático, MRV de financiamento climático não foi levantada.

